



RELATÓRIO DE GESTÃO 2018



CREA-MS

Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia de Mato Grosso do Sul





RELATÓRIO DE GESTÃO

Campo Grande-MS, 2019

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

- Confea: Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
- Mutua: Mutua de Assistência de Profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia
- Crea-MS: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul
- CNT: Controladoria
- OUV: Ouvidoria
- SEC: Secretaria Executiva da Presidência
- SUP: Superintendência
- CPP: Coordenadoria de Projetos e Procedimentos
- DFI: Departamento de Fiscalização
- DAT: Departamento de Assessoria Técnica
- DAR: Departamento de Atendimento e Registro
- DRI: Departamento de Relações Institucionais
- DAD: Departamento Administrativo
- DJU: Departamento Jurídico
- DTI: Departamento de Tecnologia da Informação
- SIC: Serviço de Informação ao Cidadão
- LAI: Lei de Acesso à Informação
- DN: Decisão Normativa
- PL: Decisão Plenária
- Prodesu: Programa de Desenvolvimento Sustentável do Sistema Confea/Crea e Mutua
- EC: Entidade de Classe
- IE: Instituição de Ensino

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

☐ Gráfico

1. Missão, Visão e Propósito
2. Composição Estrutura Básica
3. Diretoria Estrutura Básica
4. Diretoria
5. Dados Fiscalização
6. Porcentagem de Arrecadação Anuidade de Pessoa Física e Pessoa Jurídica
7. Pesquisa de Satisfação
8. Decréscimo e Acréscimo de Registro de Pessoa Física e Pessoa Jurídica
9. Força de Trabalho

10. Lotação Efetiva
11. Força de Trabalho por Faixa Etária
12. Benefícios, Encargos e Remuneração
13. Contratações por Modalidades
14. Principais Tipos de Contratações Diretas
15. Despesas com Locação de Imóveis
16. Custos Telefonia Fixa 2017
17. Valores Vinculados em Caixa e Equivalentes de Caixa

☐ Figura

1. Foto Crea-MS
2. Organograma
3. Tipo Manifestação Recebida na Ouvidoria
4. Canais de Acesso
5. Diagrama de Funcionamento Voip

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

☐ Quadro

1. Indicadores
2. Tipos de Serviços
3. Participação das despesas sobre os centros de custo – Fase Pagamento
4. Balanço Patrimonial
5. Variações Patrimoniais
6. Balanço Financeiro
7. Balanço Orçamentário
8. Despesas Orçamentárias
9. Demonstrativo de Execução dos Restos a pagar e não processados
10. Demonstração dos Fluxos de Caixa
11. Comparativo da Receita
12. Comparativo da Despesa Paga
13. Demonstrativo da Receita
14. Demonstrativo da Receita
15. Contas Bancárias e Aplicações
16. Aplicações Financeiras

☐ Tabela

1. Quantidade de Fiscalizações
2. Registro de Pessoa Física e Pessoa Jurídica
3. Arrecadação Anuidade de Pessoa Física e Pessoa Jurídica
4. Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

❑ ANEXOS

1. Quadro de Coordenadores, Coordenadores Adjuntos e Assessorias Técnicas das Câmaras Regionais
2. Quadro de Representantes das demais Categorias
3. Quadro de Representantes do Plenário em Reuniões de Coordenadoria Nacional das Câmaras Especializadas
4. Quadro de Composição das Câmaras Especializadas
5. Quadro de Composição das Comissões Permanentes
6. Quadro de Composição das Comissões Especiais

SUMÁRIO

1. Apresentação
2. Mensagem do Presidente
3. Visão Geral da Unidade
4. Planejamento Estratégico e Governança
5. Gestão de Riscos e Controles Internos
6. Resultado da Gestão
7. Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão
8. Demonstrações Contábeis
9. Outras Informações Relevantes
10. Anexos e Apêndices

I. APRESENTAÇÃO

Este Relatório de Gestão do Crea-MS, apresenta à sociedade e aos órgãos de controle, os valores e resultados do Conselho, demonstrando seu nível de governança, eficácia, eficiência, conformidade, economicidade e sustentabilidade econômica e ambiental. As informações aqui contidas referem-se ao exercício de 2018.

2. MENSAGEM DO PRESIDENTE



Ao findar de mais um exercício, renovamos nossas expectativas de que sempre é possível fazer a diferença na gestão pública quando nos empenhamos em desenvolver um trabalho sério e com foco nos nossos maiores objetivos de proteção à Sociedade por meio da fiscalização do exercício legal das profissões da Engenharia, Agronomia, Geologia, Geografia e Meteorologia; e da valorização Profissional, incentivando o aperfeiçoamento técnico e cultural, que promovem a sustentabilidade dos meios de produção.

Em 2018, focamos nossas ações no desenvolvimento tecnológico de sistemas de gestão e informação voltados à máxima eficiência, proporcionando agilidade nos processos internos; na busca da maior perfeição possível nos processos administrativos e financeiros, baseados na transparência que uma Autarquia Pública tem por obrigação apresentar; no objetivo estratégico de proteção da Sociedade executando um processo de Fiscalização eficiente, transparente e acima de tudo que apresente os resultados socioambientais que satisfaçam os anseios de uma sociedade mais justa e moderna; na valorização de nossos empregados disseminando a informação, o diálogo, o treinamento, enfim, as ações necessárias ao desenvolvimento profissional e humano que tanto buscamos nos dias atuais.

Nos próximos anos temos a certeza que o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul estará preparado para enfrentar os novos desafios que surgirão frente a um novo ambiente social e econômico por que vem passando nosso Estado e nosso País, direcionado por um modelo de gestão que vem sendo aprimorado diariamente com objetivo comum do cumprimento do planejamento realizado.

3. VISÃO GERAL DA UNIDADE

Missão

- Proporcionar à sociedade a segurança do exercício legal das profissões da Engenharia, Agronomia, Geologia, Geografia e Meteorologia, de forma eficiente, eficaz e colaborativa valorizando e incentivando o aperfeiçoamento técnico e cultural e promovendo a sustentabilidade dos meios de produção.

Visão

- Ser referência como Conselho Profissional, atuar com excelência no presente, com visão no futuro, reforçando a credibilidade junto à sociedade, promovendo a melhoria da qualidade de vida das pessoas e fortalecendo as profissões do Sistema Confea/Crea.

Propósito

- Promover, aprimorar e fiscalizar o exercício das profissões do Sistema Confea/Crea proporcionando segurança à sociedade nas relações socioambientais.

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul – Crea-MS, é entidade autárquica de fiscalização do exercício e das atividades profissionais dotada de personalidade jurídica de direito público, constituindo serviço público federal, vinculada ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – Confea.

Foi instituído pela Resolução do Confea n.º 263 de 20 de outubro de 1979, na forma estabelecida pelo Decreto Federal n.º 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e mantida pela Lei n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para exercer papel institucional de primeira e segunda instâncias no âmbito de sua jurisdição.

Em 31 de outubro de 2018, entrou em vigor o novo Regimento Interno do Crea-MS aprovado pelo Confea por meio da Decisão PL-1638/2018 e publicado no Diário Oficial da União seção 1 página 210.

O Crea-MS é o órgão de fiscalização, de controle, de orientação e de aprimoramento do exercício e das atividades profissionais da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia.

Para o desenvolvimento de suas ações, o Crea-MS é organizado, administrativamente, em estrutura básica, estrutura de suporte e estrutura auxiliar.

A estrutura básica é responsável pela criação de condições para desempenho integrado e sistemático das finalidades do Conselho Regional, sendo composta por órgãos de caráter decisório ou executivo, compreendendo:



Plenário

• É o órgão colegiado decisório da estrutura básica que tem por finalidade decidir os assuntos relacionados às competências do Conselho Regional, constituindo a segunda instância de julgamento no âmbito de sua jurisdição, ressalvado o caso de foro privilegiado. Tem suas atribuições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal n. 5.194, de 24/12/1966, das quais destacam-se:

- a. Elaborar e alterar seu regimento interno, submetendo-o à homologação do Conselho Federal.
- b. Criar as Câmaras Especializadas atendendo às condições de maior eficiência da fiscalização estabelecida na presente lei;
- c. Examinar reclamações e representações acerca de registros;
- d. Julgar e decidir, em grau de recurso, os processos de infração da Lei n. 5.194/66 e do Código de Ética, enviados pelas Câmaras Especializadas;
- e. Julgar em grau de recurso, os processos de imposição de penalidades e multas;
- f. Organizar o sistema de fiscalização do exercício das profissões;
- g. Publicar relatórios de seus trabalhos e relações dos profissionais e firmas registrados;
- h. Examinar os requerimentos e processos de registro em geral, expedindo as carteiras profissionais ou documentos de registro;
- i. Sugerir ao Conselho Federal medidas necessárias à regularidade dos serviços e à fiscalização do exercício das profissões reguladas;
- j. Agir, com a colaboração das sociedades de classe e das escolas ou faculdades de engenharia e agronomia, nos assuntos relacionados com a Lei Federal n. 5.194;
- k. Cumprir e fazer cumprir a Lei n. 5.194/66, as resoluções baixadas pelo Conselho Federal, bem como expedir atos que para isso julgue necessário;
- l. Criar inspetorias e nomear inspetores especiais para maior eficiência da fiscalização;
- m. Deliberar sobre assuntos de interesse geral e administrativo e sobre os casos comuns a duas ou mais especializações profissionais;
- n. Julgar, decidir ou dirimir as questões da atribuição ou competência, das Câmaras Especializadas;
- o. Organizar, disciplinar e manter atualizado o registro dos profissionais e pessoas jurídicas que se inscrevam para exercer atividades de engenharia ou agronomia, na região;
- p. Organizar e manter atualizado o registro das entidades de classe e das escolas e faculdades;
- q. Registrar as tabelas básicas de honorários profissionais elaboradas pelos órgãos de classe
- r. Autorizar o presidente a adquirir, onerar ou, mediante licitação, alienar bens imóveis

• A organização, ordem dos trabalhos e demais competências do Plenário, estão especificadas no Regimento Interno do Crea-MS. No exercício de 2018, o Plenário foi composto por 42 (quarenta e dois) conselheiros efetivos, sendo que ao final do ano, encerrou o exercício com 39 (trinta e nove) conselheiros, em razão de renúncia de 4 (quatro) conselheiros. Vale ressaltar que o conselheiro regional é profissional habilitado de acordo com a Lei Federal n. 5.194/66, representante de entidades de classe ou de instituições de ensino superior dos grupos profissionais da Engenharia e da Agronomia. A relação completa contendo os nomes dos conselheiros efetivos e suplentes acompanha este Relatório.

Câmara Especializada

• É o órgão decisório da estrutura básica do Crea que tem por finalidade apreciar e decidir os assuntos relacionados à fiscalização do exercício profissional, e sugerir medidas para o aperfeiçoamento das atividades do Conselho Regional, constituindo a primeira instância de julgamento no âmbito de sua jurisdição, ressalvado o caso de foro privilegiado.

• São atribuições das Câmaras Especializadas, nos termos do artigo 46 da Lei Federal n. 5.194/66: julgar os casos de infração à Lei Federal n. 5.194/66, no âmbito de sua competência profissional específica; julgar as infrações do Código de Ética; aplicar as penalidades e multas previstas; apreciar e julgar os pedidos de registro de profissionais, das firmas, das entidades de direito público, das entidades de classe e das escolas ou faculdades na Região; elaborar as normas para a fiscalização das respectivas especializações profissionais; e opinar sobre os assuntos de interesse comum de duas ou mais especializações profissionais, encaminhando-os ao Conselho Regional.

Presidência

- É o órgão executivo máximo da estrutura básica que tem por finalidade dirigir o Conselho, cumprir e fazer cumprir as decisões do Plenário, bem como a legislação específica do sistema. O presidente do Crea é eleito pelo voto direto e secreto dos profissionais registrados e em dia com as obrigações perante o Sistema Confea/Crea, de acordo com a Lei Federal n. 8.195, de 26 de junho de 1991, e resolução específica baixada pelo Confea.
- No artigo 94 do Regimento Interno do Crea-MS, constam as competências do Presidente do Conselho.

Diretoria

- É o órgão executivo da estrutura básica do Conselho que tem por finalidade auxiliar a Presidência no desempenho de suas funções e decidir sobre questões administrativas. A diretoria é constituída pelo presidente e por conselheiros regionais, exercendo os seguintes cargos, respectivamente:



- O membro da Diretoria toma posse perante o presidente do Crea-MS na primeira sessão plenária ordinária do período para o qual foi eleito ou designado, com duração do mandato de um ano; e suas competências estão descritas no Art. 104 do Regimento Interno.

Inspetoria

- É o órgão executivo que representa o Crea-MS no município ou na região onde for instituída e tem por finalidade fiscalizar o exercício das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea. A Inspetoria é composta por três inspetores, sendo um deles designado inspetor-chefe e são indicados pela presidência e homologados pelo Plenário do Crea-MS, sendo que o exercício da função é honorífico. A competência da Inspetoria está descrita no Art. 123 do Regimento Interno.

Breve histórico

Era 1960 quando o arquiteto Jurandir Santana Nogueira solicitou que a delegacia do Crea-MS, em Campo Grande, fosse transformada em Inspeção. A iniciativa do arquiteto deu-se, principalmente, pelas dificuldades enfrentadas pelos profissionais que dependiam da realização de procedimentos que exigiam a comunicação entre a delegacia em Campo Grande e a sede, em Cuiabá.

Durante 12 anos, a Inspeção de Campo Grande teve importante papel junto ao Crea-MT, desvinculando-se dele apenas em 1977, por conta da divisão do Estado e iminente necessidade de um Conselho próprio.

Um grupo de empresários liderado pelo arquiteto Jurandir Santana Nogueira recolheu cartas de apoio de diversas empresas e levou-as ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), solicitando a criação do Crea-MS. A solicitação foi aceita e a Resolução 263, de 20 de outubro de 1979, do Confea, instalou o Crea-MS, no dia 13 de dezembro.

O arquiteto Jurandir foi registrado com o número 1 e nomeado o primeiro Presidente do Crea-MS, que no início era integrado por apenas quatro entidades: Associação de Engenheiros e Arquitetos de Campo Grande (AEACG), a Associação de Engenheiros Agrônomos de Mato Grosso do Sul (AEAMS), a Associação de Engenheiros e Arquitetos de Dourados (AEAD) e a Associação de Engenheiros e Arquitetos de Corumbá (AEAC). A UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul também tinha representação.

A primeira sede funcionou em um prédio alugado, na Rua Piratininga, no Bairro Jardim dos Estados, em Campo Grande e tinha apenas seis funcionários. O sistema de formulários de ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, criado por um funcionário do Crea-MS, obteve grande êxito em sua aplicação e por isso os demais Conselhos Regionais passaram a utilizá-lo.

No início de seu mandato o arquiteto Jurandir Santana Nogueira encontrou diversas dificuldades para conscientizar a comunidade profissional e o empresariado sobre a importância do Conselho. Em 1982, Jurandir deixou a presidência, quando foram realizadas as primeiras eleições do Crea-MS, que coincidiam com as dos demais regionais.

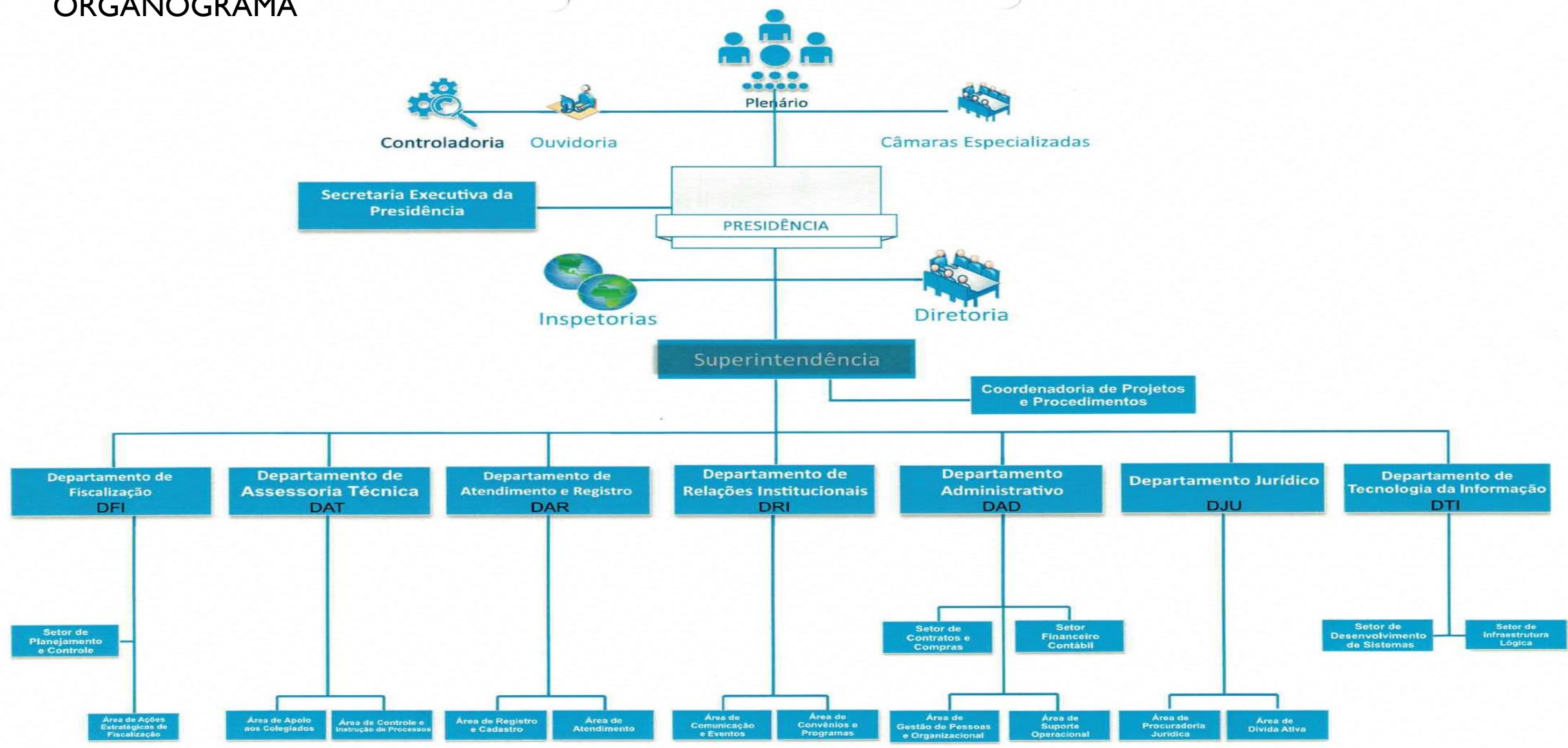
Como órgão fiscalizador, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul (Crea-MS) protege a sociedade de possíveis danos causados por trabalhos não legalizados e por profissionais que não sejam habilitados. Com essas medidas o Conselho impede a atuação de leigos, garante segurança para população e mercado de trabalho para o profissional registrado.

Por meio de uma estrutura colegiada e renovada periodicamente, o Crea-MS é constituído por conselheiros eleitos pelas entidades representativas de classe e instituições de ensino, tornando-se assim, exemplo de participação democrática. O Sistema Confea/Crea foi criado em 1933 para regulamentar e fiscalizar o exercício profissional.

O Plenário é o órgão máximo do Conselho, composto pelo Presidente e todos os Conselheiros representantes das entidades de classe e instituições de ensino. É a segunda instância para apresentação de defesas de processos administrativos. As sessões plenárias são realizadas mensalmente para que conselheiros possam deliberar, decidir e se manifestar sobre extensa pauta de assuntos relacionados à política profissional e à sociedade.



ORGANOGRAMA



4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

Planejamento Estratégico

- É o processo para se estabelecer objetivos institucionais e as linhas de ação adequadas para alcançar as metas definidas e os resultados esperados, especificando a forma como serão alcançados.
- A construção do Planejamento Estratégico do Conselho foi realizado com a colaboração de Assessores Técnicos, Diretores e Gerentes dos departamentos. As diretrizes e prioridades deste Planejamento são derivações e acréscimos ao Plano de Trabalho 2015-17. Ferramentas administrativas foram utilizadas para levantamento, organização e análise dos dados, a fim de direcionar aos objetivos estratégicos, as metas e também aos indicadores a serem avaliados como medida de desempenho.
- Como base para condução dos trabalhos e como alicerce para construção do Planejamento Estratégico deste Conselho, foram estabelecidos 4 (quatro) Eixos Estratégicos:
 - Governança Corporativa.
 - Imagem Institucional.
 - Profissionalização da Gestão.
 - Excelência na Prestação de Serviços.
- Todas estas atividades e resultados foram condensadas em um material gráfico disponibilizado no lançamento do Planejamento Estratégico em 15 de abril de 2015.

Valores

- Respeito e Ética - A relação livre de preconceitos e julgamentos relativos a cada ser humano é parte de nossa filosofia. A transparência e o respeito ao meio ambiente, às pessoas e suas tradições e crenças são as bases para o enriquecimento de toda relação humana.
- Sinergia - O espírito colaborativo é nossa característica mais marcante. Possuímos metas em comum e agimos conjuntamente visando superar obstáculos e vencer desafios.
- Excelência no Atendimento - A rapidez, a eficiência e a eficácia fazem parte do nosso princípio de bem atender.
- Comprometimento - Para nós, o comprometimento com os resultados e a transparência em nossos relacionamentos serão sempre prioridade. O compromisso em cultivar um ambiente para os colegas e em proporcionar uma experiência única às pessoas que buscam nossos serviços são o caminho para o aperfeiçoamento da relação de confiança.
- Objetividade e Foco em Soluções - Com o foco na transformação de problemas em oportunidades, passamos a ter como alvo o atendimento às necessidades e a entrega de soluções capazes de proporcionar uma experiência satisfatória a quem busca nosso auxílio.
 - Inovação e Criatividade - As conquistas só se dão por meio de muito trabalho, por isso, a capacidade de inovar e criar novas possibilidades é uma das bases de nossa cultura.
- Atitudes Positivas - O que nos motiva é a rápida solução da necessidade de cada usuário, seja público interno ou externo. A impessoalidade é um dos princípios norteadores de nossas relações criadoras de valor.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

- A estrutura de governança do Crea-MS é composta pelo Presidente do Conselho e sua Diretoria, conforme previsto no artigo 81 do Regimento Interno do Crea-MS, sendo que apenas o presidente tem mandato de 3 (três anos) e é eleito, conforme Resolução específica do Confea. Os membros da Diretoria são eleitos pelo Plenário do Crea-MS, com período de mandato de 1 (um) ano iniciado na 1ª Sessão Plenária do exercício, conforme previsão dos artigos 83 a 103 do Regimento Interno.

DIRIGENTES E COLEGIADOS

- O Presidente do Crea-MS é escolhido pelo voto direto e secreto dos profissionais registrados e em dia com as obrigações perante o Sistema Confea/Crea, podendo candidatar-se profissional brasileiro habilitado de acordo com a Lei nº 5.194, de 1966. A eleição para presidentes do Confea e dos Creas ocorrerá em turno único, e em data prevista no edital de convocação, cabendo ao Plenário do Confea deliberar sobre sua suspensão ou sua transferência.
- Diretoria do Crea-MS é constituída na primeira sessão plenária ordinária do ano, os seus membros são eleitos pelo Plenário, com período de mandato de um ano, sendo permitida uma única recondução, iniciando-se na primeira sessão plenária ordinária do ano e encerrando-se na primeira sessão plenária ordinária do ano seguinte.
- Os coordenadores e coordenadores-adjuntos das Câmaras Especializadas são eleitos pelo Plenário, sendo permitida uma única reeleição, o período de mandato tem duração de um ano.
- Os coordenadores e coordenadores-adjunto das comissões permanentes são eleitos pelo Plenário, sendo permitida uma única recondução, com duração de mandato de um ano.
- Os coordenadores e coordenadores-adjunto das comissões especiais são eleitos pelo Plenário a partir da propositura de sua criação, sendo permitida uma única recondução, com duração de mandato de um ano.
- A composição do Plenário do Crea-MS obedece ao disposto na Resolução 1.018 e 1.019/2006 do Confea. A composição do Plenário está disposta no Quadro – **COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO**, o qual consta no **ANEXO**.



Eng. Agr. Dirson Artur Freitag
Presidente

Mandato: 01/01/2018 a 31/12/2020



Eng. Mec. Jorge Tadeu Mastela e Almeida
1º Vice Presidente

Mandato: 7/02/2018 a 6/2/2019



Eng. Agr. Sidenei Ambrosio Tambosi
2º Vice Presidente

Mandato: 7/02/2018 a 6/2/2019



Eng. Civ. Ganem Jean Tebcharani
1º Diretor Administrativo

Mandato: 7/02/2018 a 6/2/2019



Eng. Civ. Julio da Cas Netto
2º Diretor Administrativo

Mandato: 7/02/2018 a 6/2/2019



Eng. Civ. Arthur Chinzarian
1º Diretor Financeiro

Mandato: 7/02/2018 a 6/2/2019



Eng. Agr. Janio Fagundes Borges
2º Diretor Financeiro

Mandato: 7/02/2018 a 6/2/2019

UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA E INDEPENDENTE

- O Crea-MS não possui uma unidade de auditoria interna, contudo existe uma unidade de Controladoria.
- No exercício de 2018, não foi realizado procedimento licitatório para contratação de empresa para realização de auditoria independente.

ATIVIDADE DE CORREIÇÃO E APLICAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

- A Controladoria do Crea-MS, integrante da estrutura auxiliar, instituída pela Portaria n. 018/2018, de 15 de maio de 2018, que possui dentre outras atribuições, a de apurar os fatos inquinados de ilegais ou irregulares, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos oriundos do Crea-MS, utilizando-se de processo administrativo proporcionando o direito ao contraditório e de ampla defesa aos envolvidos.
- No que se refere a apuração de atos do presidente e conselheiros do CREA-MS, por supostas infrações, de natureza administrativa, contábil e financeira, são realizadas através de Comissão especial de sindicância e de inquérito, instituída pelo Plenário do Crea-MS, nos termos do art. 168 a 173 do Regimento Interno:
- *Art. 168. A Comissão de Sindicância e de Inquérito tem por finalidade assessorar o Plenário ou a Presidência em assuntos de natureza administrativa, contábil, financeira ou institucional, desenvolvendo atividades de sindicância e de inquérito.*
- *Parágrafo único. A Comissão de Sindicância e de Inquérito deve obedecer ao princípio do contraditório e assegurar o direito à ampla defesa, devendo adotar rito previsto em ato administrativo da espécie Portaria e, no que couber, no Código de Processo Civil.*
- No que tange tramitação dos processos administrativos, o Crea-MS atende ao disposto na Lei n. 9.784 de 29 de janeiro de 1999, que regulamenta o processo administrativo no âmbito da administração pública, inclusive quando da omissão de tratamento por parte das Resoluções do CONFEA.
- Cumprindo-nos informar que no exercício de 2018, não foi instaurado nenhum processo administrativo.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRATIVOS E MEMBROS DE COLEGIADOS

- Os cargos de Conselheiros e dirigentes dos Conselhos Profissionais são honoríficos. Para viabilizar o deslocamento e participação de seus membros, o Sistema Confea/Crea e Mutua, custeia passagens, e despesas de hospedagem e alimentação na modalidade de “diárias”. Para os Conselheiros que optarem por deslocamento em veículo próprio, o reembolso é efetuado de acordo com a quilometragem da cidade de origem ao local do evento (as reuniões de Câmaras, Plenário e Comissões são feitas na sua maioria em Campo Grande).
- O custo do Crea-MS com os membros do seu Plenário é limitado ao pagamento de diárias, deslocamento terrestre e passagens Aéreas, disciplinados pelas Portaria n. 067/2017 do Crea-MS.

Mecanismos de Transparência

• O Crea-MS disponibiliza no site o portal da Transparência, atendendo a LAI - Lei de Acesso à Informação (12.527/2011), que possibilita aos usuários internos e externos acessar e consultar, via Portal do Conselho, e pessoalmente de forma transparente, as informações sobre pessoal, finanças, relatórios das diárias e indenização de transporte, o funcionamento administrativo, estrutura organizacional do Conselho, licitação e contratos, normativos e forma de solicitação de informações, disciplinadas pela LAI.

Canais de Acesso:

• A Ouvidoria do Crea-MS, é um canal ágil e direto onde todas as manifestações são tratadas com isenção, imparcialidade e sigilo. Contribuindo para garantia de direitos e fortalecimento da cidadania. Podem ser registradas as manifestações de denúncia, reclamação, solicitação, sugestão e elogio.

• A Ouvidoria disponibiliza para as manifestações os seguintes canais:

- 1. Telefone 0800 368 1000;
- 2. E-mail ouvidoria@creams.org.br;
- 3. Caixa de Sugestões;
- 4. Atendimento Presencial na sede do Conselho
- 5. Via Protocolo
- 6. Site



5. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Instituída por meio da Portaria n. 1018/2018 em 15 de maio, a Controladoria – CNT tem por finalidade acompanhar e avaliar a gestão contábil-orçamentária, financeira, administrativa, patrimonial, institucional-finalística e de controles internos de forma preventiva, propositiva e educativa, verificando o cumprimento da legislação e dos normativos internos e o alcance dos objetivos institucionais no âmbito do Crea-MS. Possui as seguintes atribuições

- Monitorar as atividades e resultados do Crea-MS informando à Presidência e lideranças de maneira proativa os paradigmas de qualidade detectados;
- Decidir, preliminarmente, sobre as representações ou denúncias fundamentadas que receber, indicando as providências cabíveis;
- Solicitar ao Presidente do Crea-MS a instauração dos procedimentos e processos administrativos que entender cabíveis, realizando inspeções e avocando procedimentos e processos em curso no Crea-MS, para exame de sua regularidade, propondo a adoção de providências ou a correção de falhas;
- Acompanhar procedimentos e controlar processos administrativos, em curso, em órgãos do Crea-MS, solicitando, inclusive os já arquivados, quando julgar necessário, sugerindo, quando for o caso, a declaração da nulidade de procedimento ou processo administrativo, bem como a imediata e regular apuração dos fatos envolvidos, nos autos e na nulidade declarada
- Proceder ao controle administrativo, contábil e financeiro do Conselho;
- Requisitar, a órgão ou entidade do Crea-MS ou, quando for o caso, propor ao Superintendente, que sejam solicitadas as informações e os documentos necessários a trabalhos da Controladoria;
- Apurar os atos ou fatos inquinados de ilegais ou irregulares, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos oriundos do Crea-MS;
- Propor medidas legislativas ou administrativas, sugerir ações necessárias a evitar a repetição de irregularidades constatadas;
- Efetuar análise e estudos de casos propostos pelo Superintendente ou Presidente do Crea-MS, com vistas à solução de problemas, relacionados com o Controle Interno do Conselho;
- Auxiliar na elaboração da Prestação de Contas do Crea-MS e Relatório de Gestão, a ser encaminhada ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, inclusive organizar e acompanhar os trabalhos das auditorias realizadas nas contas do Crea-MS; e
- Acompanhar o andamento e controlar processos relativos a todos os convênios e projetos celebrados pelo Conselho, inclusive processos de prestação de contas de Entidades de Classe, sugerindo medidas mitigadoras visando aperfeiçoamento destes.

O Conselho visando a implantação de Programa de Gestão de Riscos recomendado por sua Controladoria e utilizando-se do Acordo de Cooperação Técnica firmado com a CGU – Controladoria Geral da União em julho/2018, realizou palestras ministradas por Auditores Federais aos principais gestores das unidades organizacionais e empregados do Crea-MS proporcionando o conhecimento e disseminando a necessidade de implantação, ao mesmo tempo buscando subsídios para implantação do referido programa. Nessa oportunidade também foi realizada Oficina de Licitação e Fiscalização de Contratos Administrativos.

6. RESULTADOS DA GESTÃO

DÍVIDA ATIVA

A Área de Dívida Ativa do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul – Crea-MS, está vinculada ao Departamento Jurídico – DJU, desempenhando ações administrativas no exercício de 2018, com a finalidade de receber os créditos referentes aplicação de multas e a cobrança de anuidades.

A cobrança é realizada por meio de cartas de cobrança, boletos bancários, protesto em Cartório de Certidão de Dívida Ativa, a inscrição no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e o Ajuizamento de Ações de Execução Fiscal em desfavor dos devedores.

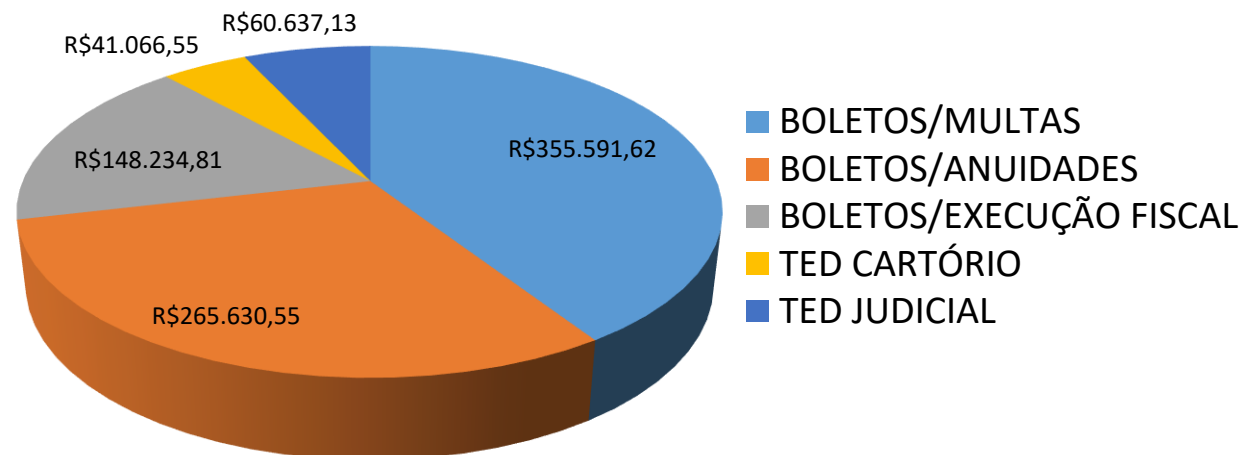
As etapas e rotinas de recuperação dos créditos em cobrança no Setor de Dívida Ativa consistem:

- I – Cadastramento dos processos de multa e anuidade recepcionados para cobrança;
- II – Envio de Carta Cobrança com AR, envelopamento, emissão de boletos e e-mails;
- III – Triagem de processos com créditos passíveis de inscrição no Cadin ou Protesto em Cartório;
- IV – Emissão de CDA e inscrição em Dívida Ativa;
- V – Gerenciamento do recebimento de defesas administrativas relacionadas à cobrança;
- VI - Gerenciamento do Retorno de Aviso de Recebimento (AR);
- VII – Atendimento Pessoal, via telefone e e-mail;
- VIII- Gerenciamento e Arquivamento de processos e Termos de Confissão de Dívidas (TCD);
- IX – Gerenciamento dos Convênios com Cadin e Protesto em Cartório;

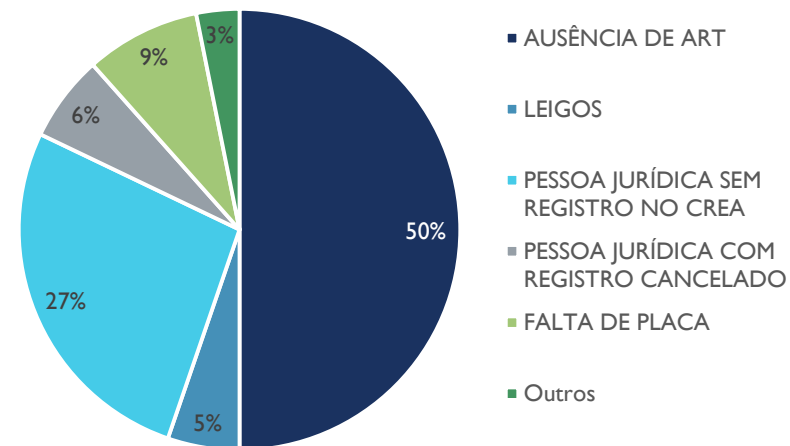
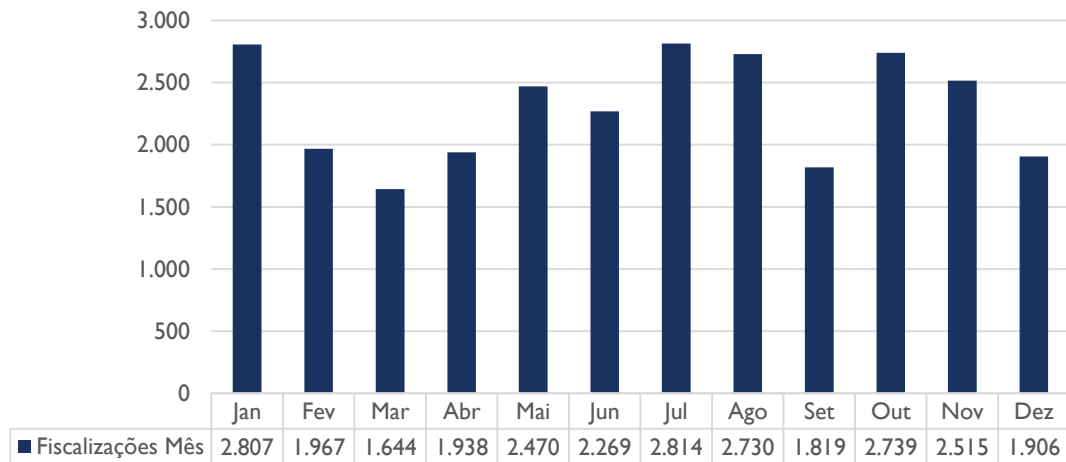
X – Lançamento de informações no Sistema CPJ; e

XI – Gerenciamento de CDA para ajuizamento de execução fiscal.

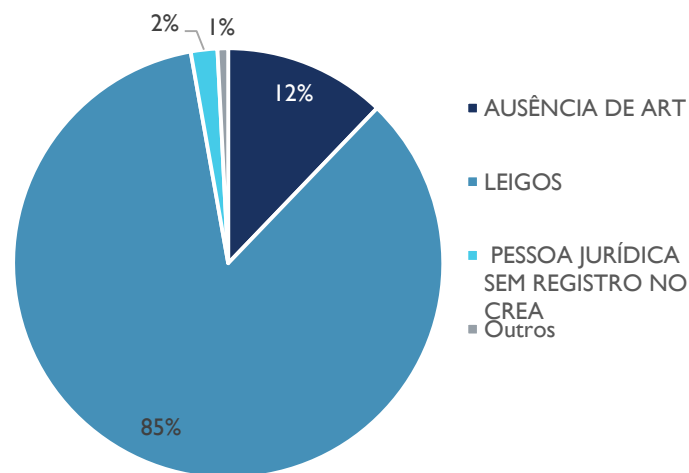
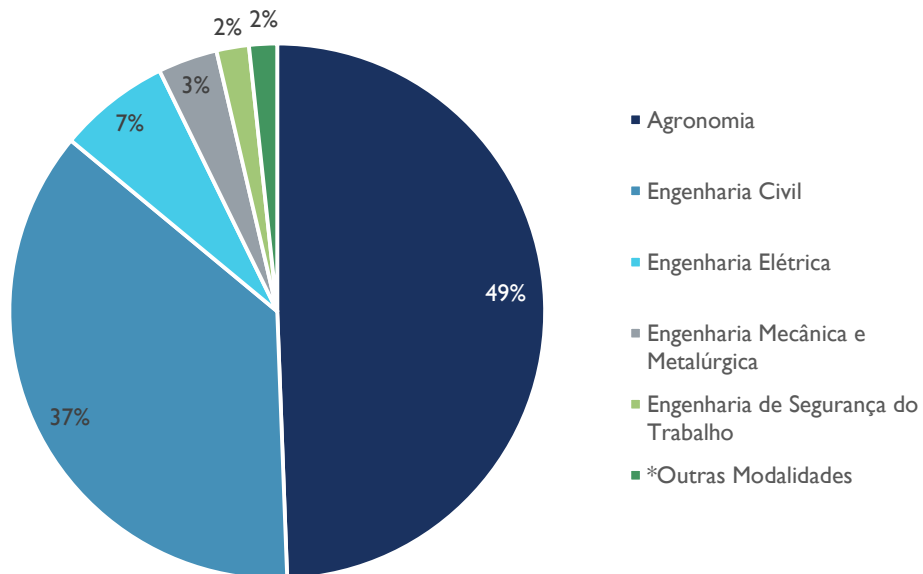
O valor arrecadado com a Dívida Ativa no exercício de 2018 corresponde a R\$: 871.160,66 (oitocentos e setenta e um mil, cento e sessenta reais e sessenta e seis centavos). Ressalte-se que este total representa o recebimento dos processos inscritos em dívida ativa inclusive com valores de exercícios anteriores, e com pagamentos realizados em 2018 e não particionados entre o Confea e Mútua.



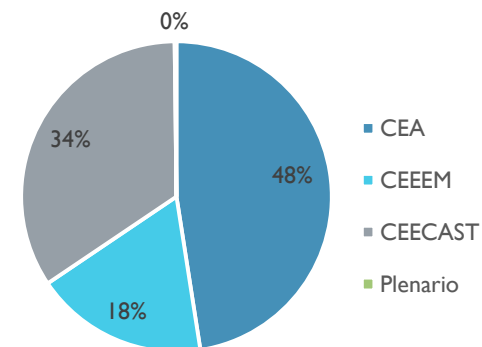
Fiscalizações



Áreas Fiscalizadas



Auto de Infração



Departamento de Atendimento e Registro

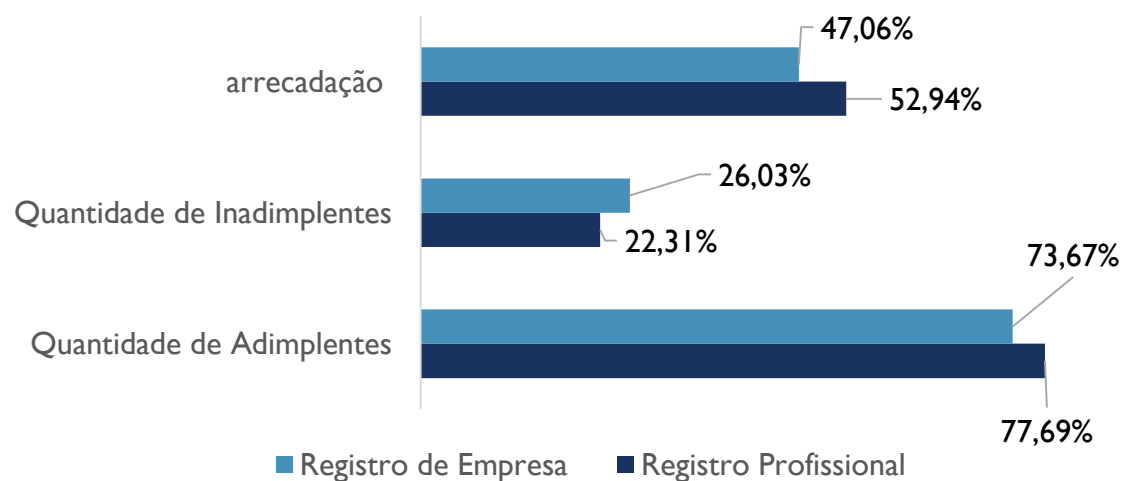
REGISTROS DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA

	2018						
	Registros Ativos 2017	Novos Registros	Registros Reativados	Registros Cancelados	Outros	Registros Ativos	Visto
Registro Profissional							
Nível Superior	7906	1185	121	156	0	9056	1340
Nível Médio	3480	322	61	50	2794	1019	121
TOTAL	11386	1507	182	206	2794	10075	1461
Registro de Empresa							
Registro	4171	626	54	866	0	3985	255

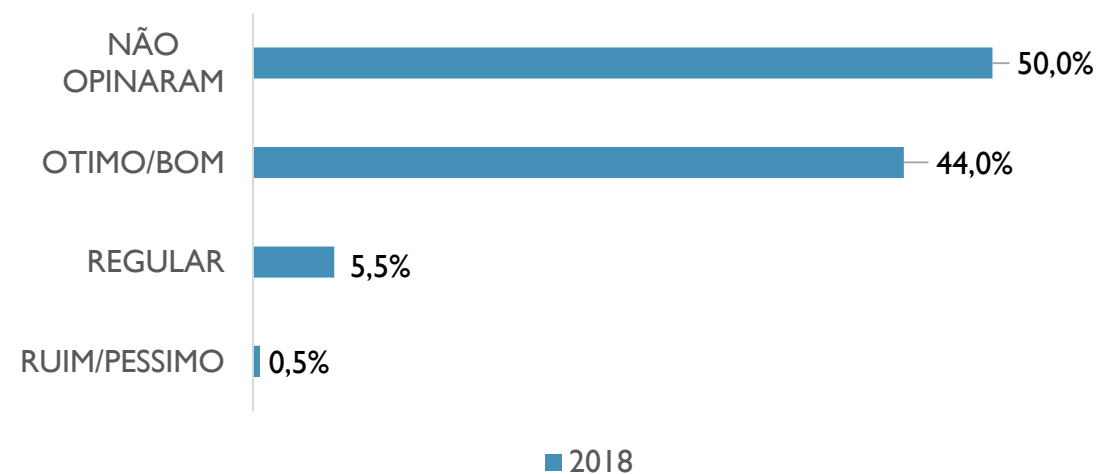
ARRECADAÇÃO DAS ANUIDADES DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA

	Quantidade de Adimplentes	Quantidade de Inadimplentes	Valores arrecadados em 2018
Registro Profissional			
Nível Superior	7201	1499	5.895.139,42
Nível Médio	627	453	880.556,81
Registro de Empresa			
Registro	2948	1037	6.021.024,41
TOTAL			12.796.720,94

ARRECADAÇÃO DE ANUIDADES DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA



Pesquisa de Satisfação Chat



Departamento de Atendimento e Registro

ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – ART POR MODALIDADE

Grupo/Modalidade	Quantidade ART	% de ART	Valor Arrecadado (R\$)	% de Arrecadação
ART Obra ou Serviço de Rotina Por Contrato	1395	1,66	707.551,14	4,35
ART Obra ou Serviço	69127	82,26	12.913.833,64	79,36
ART Cargo/Função	2708	3,22	417.761,11	2,57
ART Corresponsabilidade	1406	1,67	376.624,62	2,31
ART Coautoria	4037	4,80	769.562,18	4,73
ART Vinculada	1017	1,21	156.892,59	0,96
ART Equipe	4345	5,17	930.271,28	5,72
Total	84035	100	16.272.496,56	100



Registro de Pessoa Jurídica
Acréscimo de 15,70%



Registro de Pessoa Física
Decréscimo de 11,51%

Os indicadores de desempenho são ferramentas de monitoramento que permitem controlar a performance da instituição no que se refere à sua produtividade e à busca de seus objetivos de forma estruturada.

O Crea-MS construiu sua base de indicadores a partir dos Eixos Estratégicos que compõe o Planejamento Estratégico da organização. Tais indicadores procuram, principalmente, sinalizar o desempenho do Conselho na busca por seus objetivos estabelecidos.

Esses indicadores fornecem, então, as informações que se precisam ter conhecimento para avaliar se o Conselho está perto ou longe de alcançar suas metas e seus objetivos. É com base nesses dados, obtidos a partir dos indicadores, que os departamentos podem, através de suas equipes de trabalho, melhorar a atuação em suas atividades cotidianas de trabalho. A partir do acompanhamento mensal identifica-se as possibilidades de melhorias.

Seguem desta forma os principais Indicadores de Gestão estabelecidos, inicialmente, pelo Crea-MS para aferição dos resultados da Administração, assim como sua periodicidade de mensuração:

Composição dos indicadores por departamentos:

		Superintendência		Dpto de Fiscalização				Dpto de Atendimento e Registro		Dpto de Assessorias Técnicas			
Núm.	Meta	Índice de Controle	Medidas	Índice de Controle	Medidas	Peso	Núm.	Meta	Índice de Controle	Medidas	Índice de Controle	Medidas	Peso
1	Aumentar a satisfação dos clientes na prestação de serviços com excelência.	Gestão de tarefas	Controlar os prazos internos e externos dos departamentos, reduzindo o percentual de atendimentos fora do prazo.	Gestão de tarefas	Comunicar a necessidade de regularização dentro do prazo. Agilizar a montagem de processos e encaminhamento às Câmaras.	25	1	Aumentar a satisfação dos clientes na prestação de serviços com excelência.	Gestão de tarefas	Tornar mais ágeis os processos de registro de pessoa física e de pessoa jurídica. Emitir o Certificado de Acervo Técnico com agilidade.	Gestão de tarefas	Analisar dos processos dentro dos prazos. Cumprir os calendários de reuniões das comissões, câmaras e plenário.	25
2	Profissionalizar a gestão do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul.	Orçamento	Cumprir com o orçamento do Crea-MS; Intensificar o aumento da arrecadação junto aos departamentos.	Orçamento e Num de Fiscalização	Aumentar a taxa de conversão de comunicados para regularizações.	25	2	Profissionalizar a gestão do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul.	Orçamento	Aumentar a adimplência das anuidades de pessoa física e jurídica.	Orçamento e Num de Fiscalização	Aumentar a taxa de conversão de comunicados para regularizações;	25
3	Melhorar a imagem e disseminar a cultura do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia frente a sociedade.	Convênios	Formalizar convênios para melhorar o atendimento a fiscalização; Realizar visitas institucionais.	Fiscalização Especializada	Programar ações de fiscalização especializadas, divididas por modalidade.	25	3	Melhorar a imagem e disseminar a cultura do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia frente a sociedade.	Pesquisa	Avaliar a satisfação no atendimento, através de pesquisa.	Pesquisa	Avaliar a satisfação dos Conselheiros	25
4	Tornar transparente o modelo de governança corporativa.	Conformidade	Inconformidades 00 nos processos internos.	Conformidade	Inconformidades 00 nos processos internos.	25	4	Tornar transparente o modelo de governança corporativa.	Conformidade	Inconformidades 00 nos processos internos	Conformidade	Inconformidades 00 nos processos internos	25
		Dpto de Relações Institucionais		Dpto de Administrativo				Dpto de Jurídico		Dpto de Tecnologia e Informática			
Núm.	Meta	Índice de Controle	Medidas	Índice de Controle	Medidas	Peso	Núm.	Meta	Índice de Controle	Medidas	Índice de Controle	Medidas	Peso
1	Aumentar a satisfação dos clientes na prestação de serviços com excelência.	Gestão de tarefas	Controlar os prazos internos e externos do departamento.	Gestão de tarefas	Atender aos prazos relacionados referentes aos processos licitatórios, folha e encargos.	25	1	Aumentar a satisfação dos clientes na prestação de serviços com excelência.	Gestão de tarefas	Cumprir prazos para emissão de parecer jurídico, formalização de convênio, minuta de contratos, revisão de termos de referência.	Gestão de tarefas	Manter as funcionalidades dos sistemas.	25
2	Profissionalizar a gestão do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul.	Orçamento	Disponibilizar espaço para eventos, mediante taxa de manutenção.	Orçamento	Redução de despesas.	25	2	Profissionalizar a gestão do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul.	Orçamento	Cobrar os processos de dívida ativa.	Orçamento	Redução de despesas.	25
3	Melhorar a imagem e disseminar a cultura do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia frente a sociedade.	Mídia espontânea	Avaliar o nível de satisfação dos eventos realizados pelo CREA-MS em relação a estrutura física, instrutor/palestrante, conteúdo e carga horária. Produzir material jornalístico para a inserção de mídia espontânea.	Pesquisa de Clima	Avaliar o clima organizacional	25	3	Melhorar a imagem e disseminar a cultura do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia frente a sociedade.	Pareceres	Emissão de pareceres jurídicos em base à legislação.	Sistemas	Entregar as funcionalidades desenvolvidas de acordo com as regras definidas nos documentos de requisitos.	25
4	Tornar transparente o modelo de governança corporativa.	Conformidade	Inconformidades 00 nos processos internos	Conformidade	Inconformidades 00 nos processos internos	25	4	Tornar transparente o modelo de governança corporativa.	Conformidade	Inconformidades 00 nos processos internos	Conformidade	Inconformidades 00 nos processos internos	25

7. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

- 7.1 Gestão de pessoas
- 7.2 Gestão de licitação e contratos
- 7.3 Gestão patrimonial e infraestrutura
- 7.4 Gestão da Tecnologia da informação
- 7.5 Gestão de custos

7.1 GESTÃO DE PESSOAS

A Área de Gestão de Pessoas e Organizacional do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul – Crea-MS, é constituída como uma área vinculada ao Departamento Administrativo - DAD. Sua atuação perante ao quadro de empregados do Conselho compõe os objetivos organizacionais em suas subdivisões na administração da folha de pagamento, gestão de ponto eletrônico/controle de jornada/horas extras, atendimento à eventuais fiscalizações trabalhistas e previdenciárias, benefícios, cargos e salários, programa de estágio ou de aprendiz, avaliação de desempenho e demais tratativas inerentes ao desenvolvimento profissional dos empregados do Conselho.

Em aderência ao Planejamento Estratégico houve a composição da nova Estrutura Organizacional do Conselho, readequando a mão de obra disponível conforme perfis funcionais, havendo assim a mobilidade funcional entre os departamentos do Crea-MS, gerando sentido de valorização e oportunidade de novas atuações no cotidiano do trabalho.

A organização do trabalho é definida, de acordo com o Plano de Cargos e Salários – PCS, composta por 3 categorias: quadro permanente, quadro de função gratificada e quadro de comissionados. No mínimo 50% (cinquenta por cento) dos empregos em comissão são ocupados por empregados do quadro efetivo do Conselho.

Por tratar-se de uma organização de direito público, na espécie autarquia federal, regida pela Lei Federal n. 5.194/66, está sujeita ao cumprimento da legislação que prevê a contratação de pessoal por meio de concurso público. Somente é permitida contratação, sem a realização de concurso público, no caso de ocupantes de cargos comissionados. O último concurso público para contratação de empregados efetivos, foi realizado em maio de 2017 e o resultado homologado em junho de 2017, para atender as necessidades do Conselho, principalmente das Inspetorias localizadas no interior do Estado, que contavam com a força de trabalho de estagiários.

As contratações de novos empregados acontecem de acordo com o previsto no regime da CLT, passando por um período de noventa dias de experiência, dividido em duas etapas de trinta e sessenta dias para efeito de avaliação.

Demonstração da Força de Trabalho

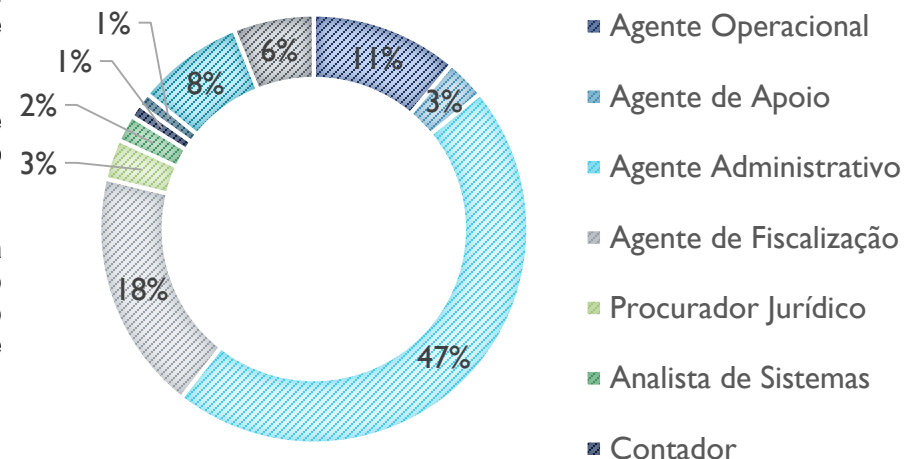
O Crea-MS contava em dezembro de 2018 com 99 empregados, sendo 93,94% ocupantes de cargos em carreira e 6,06% ocupantes de cargos em comissão.

Em 2018 o Crea-MS convocou 05 (cinco) aprovados no concurso público de 2017, sendo 04 (quatro) Agentes Administrativos e 01 (um) Procurador Jurídico, para atender as necessidades da Sede e Inspetoria de Dourados.

Todos os empregados constantes dos cargos de livre provimento, recebem mensalmente, gratificação de função com valores definidos pelo PCS. O Conselho não possui nenhum empregado cedido.

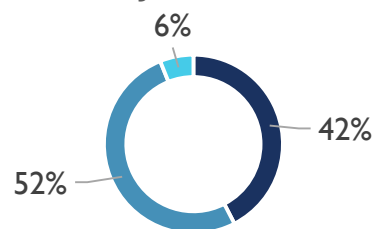
O Gráfico demonstra a força de trabalho do Crea-MS, indicando o número de empregados em relação a natureza do vínculo empregatício.

FORÇA DE TRABALHO



Com relação à distribuição da força de trabalho, foram considerados como “área fim” as seguintes unidades administrativas: Departamento de Fiscalização, Departamento de Atendimento e Registro, e Departamento de Assessoria Técnica, as demais unidades constantes do organograma foram classificadas como “área meio”.

Lotação Efetiva

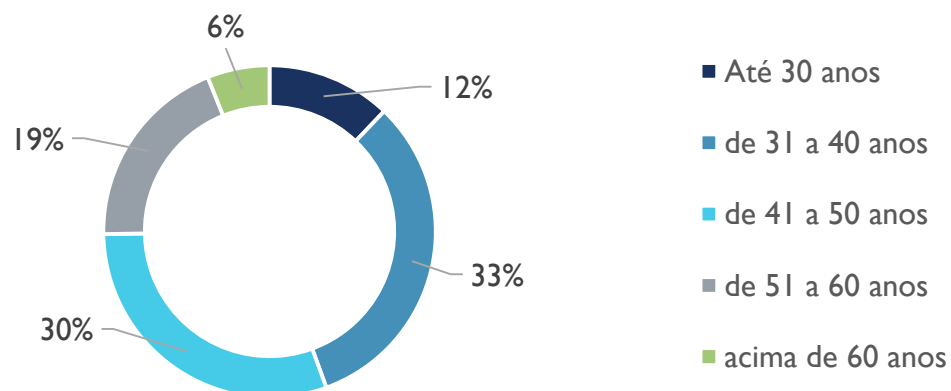


■ Área Meio ■ Área Fim ■ Cargos em Comissão

Em dezembro de 2018, o Conselho estava com 03 (três) empregados afastados por auxílio-doença, ou seja, índice de 3,03% em relação ao total de 99 empregados.

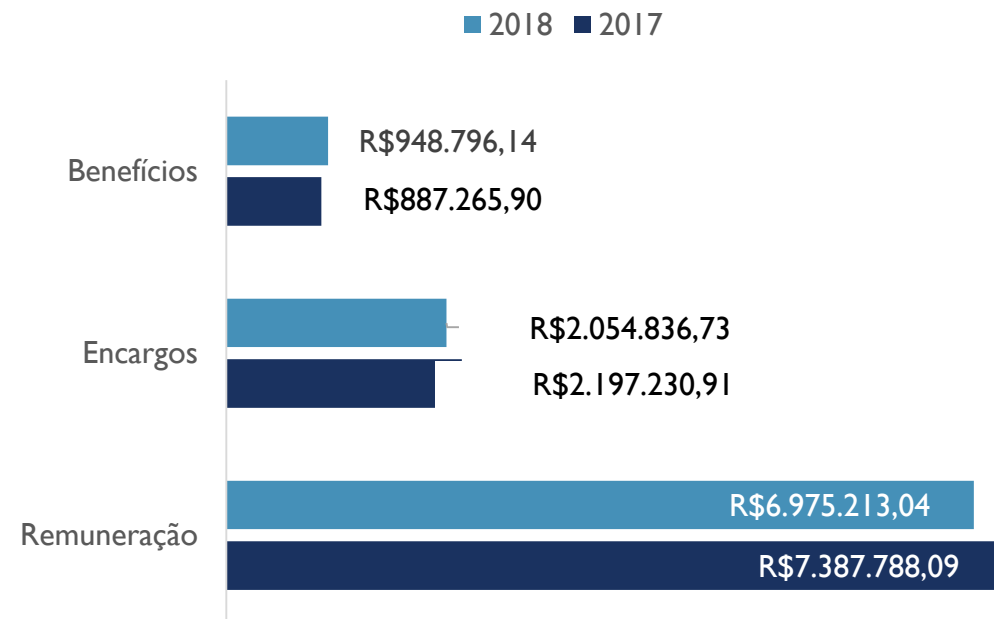
Em relação a qualificação da força de trabalho de acordo com a faixa etária, observa-se que dos 99 empregados 33% tem idade 31 a 40 anos, seguido da faixa etária de 41 a 50 anos com 30%, sendo as duas faixas etárias com maior número de empregados, conforme podemos observar no gráfico abaixo.

Força de Trabalho por Faixa Etária



■ Até 30 anos
 ■ de 31 a 40 anos
 ■ de 41 a 50 anos
 ■ de 51 a 60 anos
 ■ acima de 60 anos

No exercício de 2018, a despesa com pessoal teve uma redução de 4,72 % em relação a 2017, devido à redução dos ocupantes dos cargos em comissão:



Desafios e ações futuras na gestão de pessoas

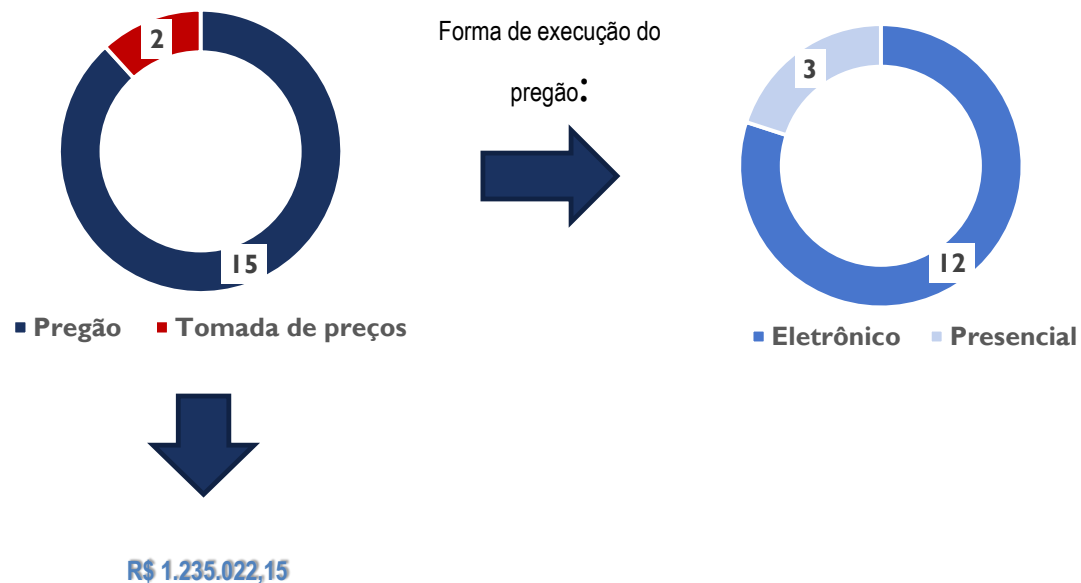
Implantação do programa de valorização dos empregados, promovendo ações de integração, somados a formalização de parcerias com Instituições Públicas e Privadas, objetivando a concessão de benefícios indiretos.

Adotar programa de treinamento e atualização profissional, melhorando o desempenho dos empregados do Crea-MS nas atividades desempenhadas

7.2 GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

Durante o exercício de 2018, foram realizados 17 (dezesete) procedimentos licitatórios, para atender as necessidades do Crea-MS, através das seguintes modalidades: tomada de preços e pregão, seja em sua forma eletrônica ou presencial.

Contratações por modalidades licitatórias



Valor das contratações, por meio de licitações, realizadas em 2018 relativas à custeios e investimentos.

Das 17 licitações realizadas em 2018, apenas 29,41% deflagaram-se desertas ou fracassadas, sendo que 70,59% foram concluídas com êxito.

Gastos por finalidade



Destacam-se as contratações relativas ao FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO do Crea-MS, especialmente serviços de telefonia, manutenção e seguro de veículos, materiais de expediente, limpeza, higiene e conservação. Além do serviço de administração de vale alimentação aos funcionários.

Importante ressaltar que os contratos de terceirização, relativos aos serviços de limpeza e apoio administrativo foram celebrados em exercícios anteriores.



Reforma e ampliação

Foi contratado o desenvolvimento dos projetos complementares da obra de reforma e ampliação do edifício sede do Conselho, além dos serviços de consultoria e etiquetagem do projeto do Programa PBE Edifica. Apesar da contratação dos projetos ter se realizado durante o exercício de 2018, a contratação e conseguinte execução da reforma somente se darão em 2019. Imprescindível destacar que, o recurso para reforma e ampliação do edifício sede do Crea-MS foi repassado pelo Confea, por meio do Convênio n. 119/2017-GDI/Confea.



Investimento em veículos

Foram adquiridos 02 (dois) novos veículos para uso do Departamento de Fiscalização do Conselho. Os veículos constituem importante ferramenta nas atividades dos agentes de fiscalização, estando atrelado a principal missão deste Conselho, qual seja, garantir a fiscalização do exercício profissional, de forma a resguardar a sociedade. Destaca-se que esta aquisição também ocorreu com recursos repassados pelo Confea, por meio do Convênio n. 036/2018-GDI/Confea.

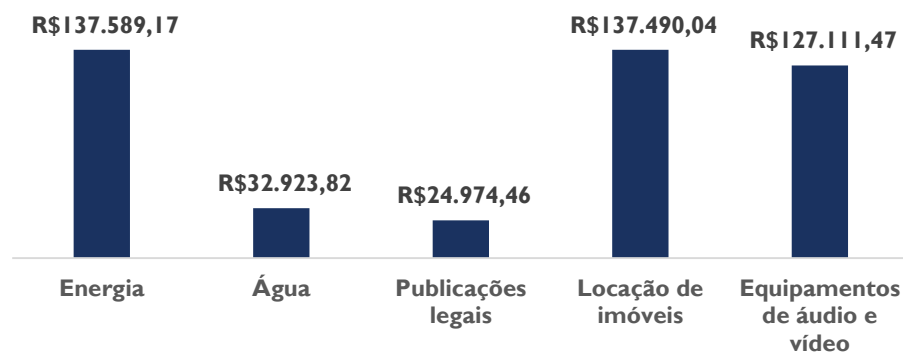
Imprescindível ressaltar que, a aquisição dos equipamentos de áudio de vídeo ocorreu por dispensa de licitação (art. 24, inc. V, da Lei n. 8.666/1993), tão somente em razão do fracasso dos Pregões Eletrônicos n. 016 e 017/2017.



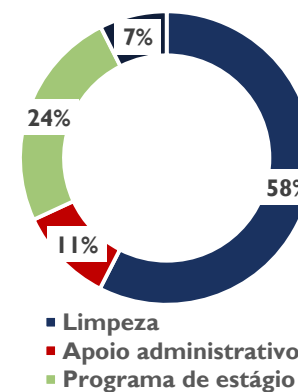
O investimento nos equipamentos de áudio e vídeo, visaram garantir que o Crea-MS preste melhores serviços de atendimento e suporte aos profissionais, relacionados a eventos, e ainda, proporcionar a redução dos custos de manutenção.

Conforme informação anterior, os contratos de terceirização com dedicação exclusiva de mão de obra foram celebrados em exercícios anteriores. Acerca da despesa paga em 2018 com o citado objeto, destacam-se:

Principais tipos de contratações diretas



As **contratações diretas efetuadas via dispensa e inexigibilidade de licitação**, obedecem aos dispostos nos arts. 24 e 25, da Lei n. 8.666/1993. Entre outros, destacam-se o fornecimento de água e energia, publicações legais realizadas na Imprensa Nacional e Diário Oficial do Estado de MS, locação de imóveis para instalação das Inspetorias do Conselho no MS e outros, e por fim o investimento realizado para melhoria do sistema de áudio e vídeo dos auditórios do Crea-MS.



Tipo do serviço	Valor
Limpeza	R\$ 235.025,40
Apoio adm. (telefonista)	R\$ 43.228,68
Programa de estágio	R\$ 99.984,11
Menor Aprendiz	R\$ 30.356,92
Total	R\$ 408.595,11



Conformidade legal

As contratações do Crea-MS encontram-se em consonância com as normas legais, principalmente com as Leis n. 8.666/1993 e 10.520/2002; e Instruções Normativas Ministério do Planejamento (MP), com destaque à IN 04/2014 (SEGES/MP) e 05/2017 (STI/MP), além de contar com o assessoramento do Departamento Jurídico, no que couber.



Objetivos estratégicos

A gestão das licitações e contratos relaciona-se diretamente com os objetivos estratégicos do Conselho. De forma a contribuir positivamente com o alcance dos objetivos, foram definidos a seguir, objetivos específicos para a área de gestão de licitações e contratos:

- Autuar e tramitar os processos de compras na forma eletrônica.
- Implantar o “Manual de Compras”, a fim de consolidar em um único documento as orientações para subsidiar as áreas demandantes em suas solicitações e no planejamento anual de compras.
- Implantar o “Manual de Fiscalização de Contratos”, a fim de auxiliar os fiscais, buscando definir as responsabilidades inerentes a função, bem como conceituar as principais situações que os contratos estão sujeitos.
- Implantar painel para controle dos processos de compras, objetivando apresentar em um só local os principais dados, números e trajetória dos processos de compras.
- Implantar Sistema de Registro de Preço nas aquisições realizadas.
- Adquirir a ferramenta “Banco de Preços”, para auxiliar em todas as fases da contratação, em especial na obtenção de orçamentos.
- Capacitar todos os fiscais de contrato, adotando programa continuado de treinamento e atualização profissional na área de fiscalização contratual.



Desafios, fraquezas e riscos na gestão das licitações e contratos

O envolvimento das áreas demandantes em todas as fases dos processos de compras e contratos é o principal desafio da gestão de licitações e contratos, considerando que as atuais solicitações recebidas, não contém as informações necessárias para atendimento das demandas.

Integração das demandas dos Departamentos, a fim de realizar contratações em larga escala, o que resultaria em consideráveis ganhos, além de reduzir as situações de fracionamento.

A restrição orçamentária (contingenciamento) no âmbito da Administração Pública vem exigindo contínua adaptação das unidades contratantes para manter a qualidade dos serviços prestados com uso de menos recursos financeiros.

As recorrentes mudanças da legislação também constituem uma das dificuldades enfrentadas pelo Setor responsável pela gestão de licitações e contratos.

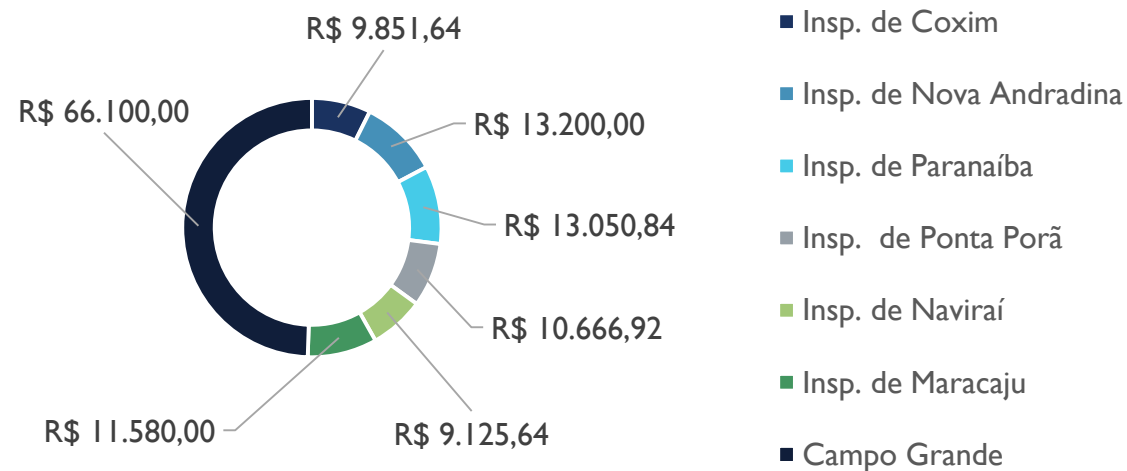
7.3 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

O Crea-MS no exercício de 2018 realizou o cadastro no sistema da Implanta de todos os bens de sua propriedade. Entende-se como bem patrimonial todo e qualquer bem que tenha durabilidade maior que dois anos e que esteja enquadrado como “Ativo Imobilizado Permanente”, no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público. Os bens como móveis, máquinas motores e aparelhos, equipamentos de informática e veículos, após o cadastramento recebe uma placa de identificação com a respectiva numeração. Ressaltamos que o processo de depreciação dos bens será finalizado no exercício de 2019.

Para possibilitar o desenvolvimento das atividades dos futuros Agentes de Fiscalização foram adquiridos 2 (dois) veículos Toyota Etios Hatch, para compor a frota deste Conselho, pagos em janeiro de 2019 por meio dos restos a pagar.

O Crea-MS, em 31 de dezembro de 2018, dispunha de oito imóveis locados, sendo dois na capital e seis no interior do Estado, para viabilizar o seu atendimento incluindo-se as inspetorias regionais.

Despesas com Locação de Imóveis



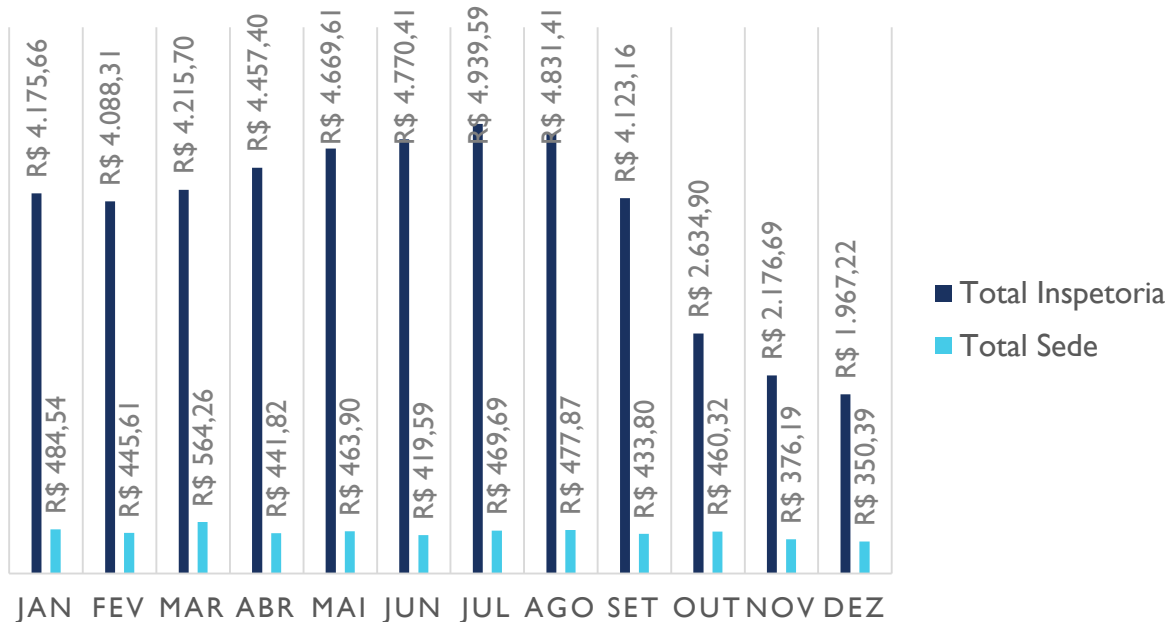
Desafios e ações futuras na gestão patrimonial e infraestrutura
Realizar o efetivo controle dos bens patrimoniais do Conselho.

7.4 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- 1 Suporte aos funcionários quanto a resolver problemas nos equipamentos do Crea-MS. Este suporte é o responsável pela manutenção dos microcomputadores, notebooks, netbooks, switches e demais equipamentos que pertençam ao Conselho
- 2 Desenvolver novas funcionalidades e aprimorar o portal de serviços oferecido aos setores e profissionais
- 3 Manter rotinas de backup e manutenção de dados para garantir a integridade da informação
- 4 Fornecer informações, através de relatórios ou aos setores que demandem esta informação
- 5 Manter os serviços de e-mail, site e portais em funcionamento e garantir a segurança no acesso a informações
- 6 Desenvolver uma política de segurança de uso da rede para impedir acessos não autorizados
- 7 Criar facilidades aos usuários para que eles possam ter a informação em qualquer lugar e garantir a segurança jurídica nos meios digitais

Custos com telefonia fixa referente aos meses de 2017

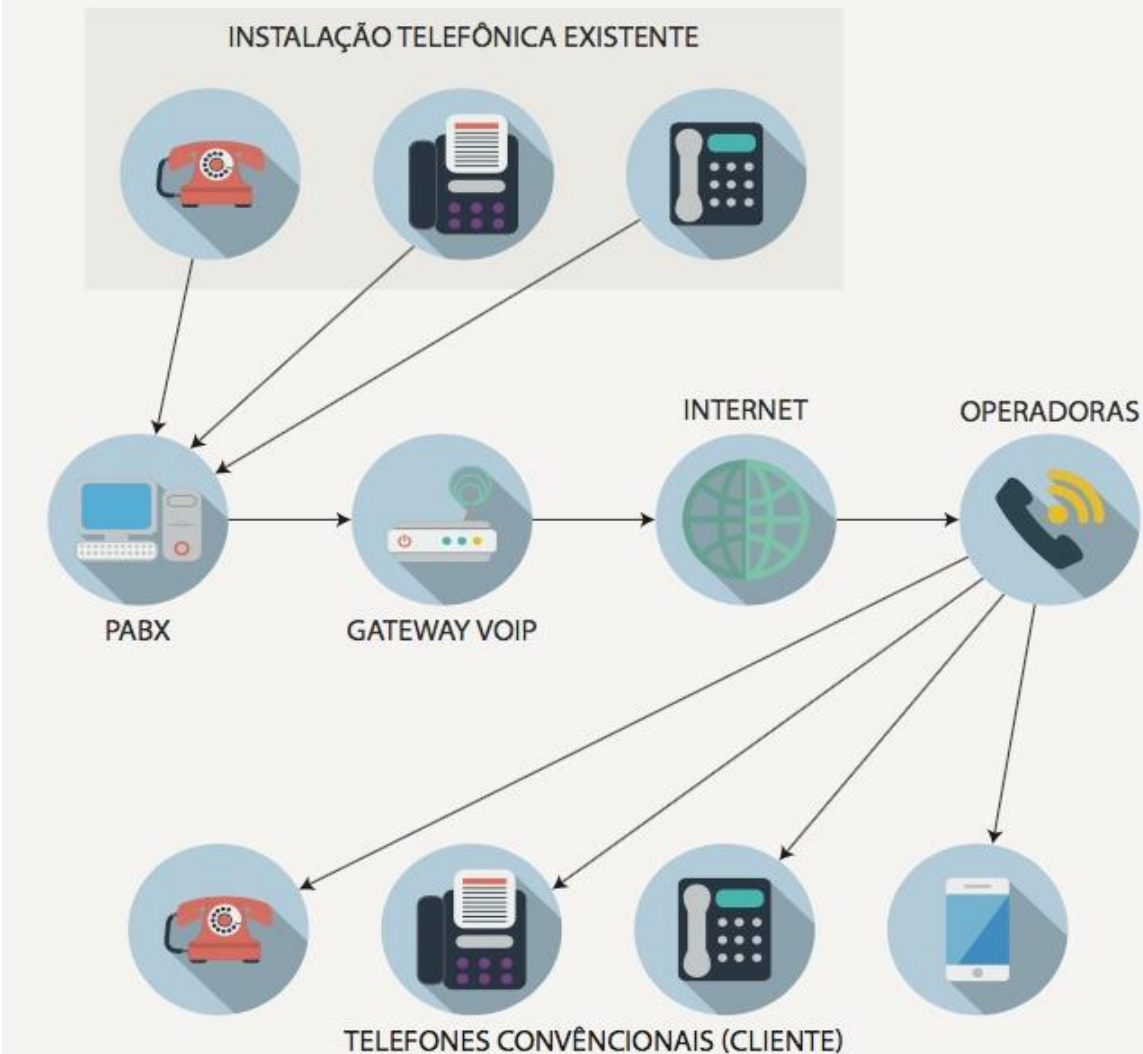


A solução para reduzir gastos, foi a migração dos serviços de telefonia fixa para o uso de telefonia VoIP

Vantagens:

- Criação de um atendimento a todos utilizando 0800;
- Comunicação entre Sede e Inspetorias será por ligação a ramal – custo zero;
- Grupos para atendimento do serviço 0800 serão criados, poderão ser incluída inspetorias para atendimento

DIAGRAMA DE FUNCIONAMENTO VOIP



DESENVOLVIMENTO

App Fiscalização

- Aplicativo para a fiscalização utilizar nos tablets e realizar os relatórios in loco

Processo de Auto de Infração

- Permitir tramitar digitalmente os processos de Auto de infração e assim facilitar o controle, relatos e análise.

Processo Administrativo

- Transformar os processos físicos do Conselho em processos digitais. Facilidade em assinar documentos, paginar, controlar prazos e andamento. Gerar economia com impressão e tornar transparente os atos do Conselho de forma simples.

Integração com a Caixa Econômica Federal

- Transmitir os boletos gerados para a Caixa Econômica e com isso permitir o pagamento do boleto gerado em até 5min.

ART Nacional

- Enviar as ARTs para o CONFEA para gerar um repositório nacional de ARTs. Facilitar a consulta das ARTs geradas em todo o País.

Contracheque Online

- Gerar dentro do sistema corporativo o contracheque dos funcionários. Facilidade para gerar o contracheque a qualquer momento sem precisar pedir a impressão para a Área de Gestão de Pessoas

7.5 GESTÃO DE CUSTOS

Centro de Custo	Total Realizado
01.01 - Plenário	267.937,57
01.02 - Diretoria	2.823,88
02.01 - Comissão de Ética Profissional	19.681,64
02.02 - Comissão de Educação e Atribuição Profissional	921,20
02.16 - Câmara Especializada de Elétrica e Mecânica - CEEEM	6.862,05
02.17 - Câmara Especializada de Civil, Agrimensura e Seg. do Trabalho - CEECAST	7.193,80
02.18 - Câmara Especializada de Agronomia - CEA	8.206,32
02.19 - Departamento de Assessoria Técnica	2.012.214,48
03.02 - ABEMEC/MS - Associação Brasileira de Engenheiros Mecânicos	12.000,00
03.04 - AEAGRAN - Associação dos Engenheiros Agrônomos da Grande Dourados	12.587,00
03.05 - AEAMS - Associação de Engenheiros Agrônomos de Mato Grosso do Sul	807,00
03.08 - ASMEST - Associação Sulmatogrossense de Engenheiros de Seg. do Trabalho	29.145,93
03.13 - Associação dos Engenheiros Agrônomos de Rio Brillante	10.730,52
03.16 - Prédio Rua Goiás	56.295,04
03.20 - Eventos Diversos	246.682,87
03.22 - Departamento de Relações Institucionais - DRI	835.778,59
03.23 - AEAD - Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Dourados	587,00
03.24 - AEATL - Associação dos Engenheiros e Agrônomos de Três Lagoas	1.659,62
04.01 - Presidência	218.280,98
04.02 - Secretaria Executiva da Presidência	263,00
04.03 - Investimento Bens Imóveis	81.800,00
04.04 - Investimento Bens Móveis	138.952,08
04.08 - Assess. de Gerenciamento de Projetos	8.627,86
05.01 - Inspeção de Corumbá	33.350,01
05.02 - Inspeção de Coxim	19.482,88
05.03 - Inspeção de Dourados	70.530,74
05.04 - Inspeção de Nova Andradina	24.655,61
05.05 - Inspeção de Paranaíba	28.094,11
05.06 - Inspeção de Ponta Porã	24.753,39
05.07 - Inspeção de Três Lagoas	38.361,12
05.08 - Inspeção de Aquidauana	35.350,45
05.09 - Inspeção de Naviraí	19.022,31
05.10 - Inspeção de Maracaju	21.924,82
05.11 - Inspeção de Chapadão do Sul	34.146,41
05.14 - Indenizações, Restituições e Reposições	8.879,81
05.15 - Departamento de Atendimento e Registro - DAR	1.437.152,53
06.01 - Ouvidoria	42.480,59
07.01 - Superintendência	161.637,15
07.02 - Coordenadoria de Projetos e Procedimentos	113.590,39
08.01 - Controladoria	403.423,10
09.01 - Departamento Jurídico	664.593,32
09.02 - Depósitos Judiciais - Interposição de Recursos	45.945,00
10.01 - Departamento Administrativo	1.861.469,91
10.02 - Gastos Gerais da Administração da Sede	374.226,51
10.03 - Manutenção Bens Móveis e Imóveis	27.383,10
10.04 - Energia Elétrica Sede	112.524,99
10.05 - Linhas Telefone Fixo	6.532,92
10.06 - Linhas Celulares	27.096,00
10.07 - Copa	2.091,24
10.08 - Almojarifado Geral	41.270,65
11.01 - Departamento de Tecnologia da Informação	917.650,24
11.02 - Link de Dados - Internet Sede	5.992,55
12.01 - Departamento de Fiscalização	2.457.804,86
12.02 - Manutenção Veicular	4.015,34
12.03 - Viagens de Fiscalização	377.423,60
12.04 - Demais gastos da Fiscalização	14.696,14
13.01 - Prodesu	133.976,28
13.03 - Cota Parte CONFEA	25.058,83
14.01 - Cota Parte MÚTUA	7.941,00
14.02 - Parcela Acordo Dívida Fundada	66.948,20
14.03 - Devoluções/Restituições	9.397,85
TOTAL GERAL	13.680.912,38

A utilização da informação de custos como insumo, que retroalimmente o processo de elaboração dos instrumentos de planejamento e orçamento é uma das evoluções esperadas na adoção da sistemática no setor público. Indicadores de custos calculados com base na informação de custos possibilitam, dentre outros, orçar com maior grau de acerto e podem subsidiar decisões em momentos de contingenciamento, propiciando alternativas para a implementação de restrições de gastos mais elaboradas, em substituição aos cortes lineares utilizados na maioria dos casos. Nesse sentido, busca expor mecanismos de mensuração e controle de custos para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Essa utilização da informação de custos como ferramenta de apoio à administração, objetivando atender à transparência, accountability, acompanhamento social e responsabilidade no consumo de recursos públicos, orientando a execução do gasto com melhor qualidade.

Por isso o Conselho estuda, também, uma reestruturação de seus plano de custos, visto que o apresentado atualmente se apresenta de forma simples, em grande parte apenas fazendo as suas divisões por setores e por inspeções. Então está sendo analisado o Manual de Informações de Custos do Governo Federal, para que possa ter uma base sólida para a implantação de acordo com o modelo apresentado na Administração Pública Federal, respeitando, sempre, as normas de Contabilidade vigentes.

8. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

O setor financeiro e contábil do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul – Crea-MS faz parte do Departamento Administrativo. Funciona como parte consultiva, no que diz respeito à parte da contabilidade, e executa os lançamentos, faz a correção e análise dos demonstrativos contábeis.

As demonstrações são apresentadas mensalmente à Diretoria, à Comissão de Orçamento e Tomada de Contas, ao Plenário e posteriormente enviado ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea para apreciação. Todo o processo em consonância com o Regulamento para acompanhamento da gestão e a prestação de contas do Sistema Confea/Crea e Mútua.

Os demonstrativos contábeis apresentados pelo Crea-MS, são:

1. Balanço Patrimonial;
2. Demonstração das Variações Patrimoniais;
3. Balanço Financeiro;
4. Balanço Orçamentário;
5. Demonstração de Fluxo de Caixa; e
6. Notas Explicativas - NE.

Estes documentos são elaborados em conformidade com o Regulamento de Prestação de Contas, o Manual de Contabilidade Pública, as normas contábeis editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e com a Lei 4.320 de 1964.

Também são apresentados relatórios complementares, que são, juntamente com os citados anteriormente enviados ao Confea, é o caso do:

Comparativo da despesa: Apresenta a dotação inicial de cada despesa, a despesa paga e o valor restante da dotação não utilizada; e

Comparativo da Receita: Demonstra a receita orçada, a efetivamente recebida e saldo restante do total orçado.

Demonstrativo da Receita: apresenta a receita total, particionada entre Crea – MS, Confea e Mútua.

Desenvolvimento

No exercício de 2018, foi analisado o plano de contas deste Conselho e algumas rubricas receberam uma atenção para que fossem ajustadas às normas vigentes. Com isso nos adequamos aos procedimentos contábeis que foram alterados significativamente nos últimos anos, também corrigindo alguns desvios na informação que estes relatórios apresentavam.

Ressalvas

O Conselho está desenvolvendo trabalhos para a melhoria em relação a disposição de suas informações, apresentamos aqui dois pontos importantes que ainda estão em processo, mas que causam alguma distorção nos relatórios contábeis:

1º Devido à dificuldade em relação à disposição dos valores relativos aos direitos a receber, o Conselho está desenvolvendo o seu sistema interno para geração de dados mais confiáveis, trabalho que requer tempo, mas que caminha em etapas. Esse impedimento acaba afetando tanto os dados no Setor Financeiro, como também o Setor de Dívida Ativa, impedindo que se tenham as informações em tempo real para um possível confronto de dados entre as demonstrações contábeis e os relatórios gerenciais.

2º Outro ponto que merece atenção é a falta, hoje, de controle contábil para o patrimônio do Crea-MS, por isso os números aparecem, de certa forma, estagnados sem as devidas depreciações.

Declaração

Portanto, diante de todo o exposto, declaro que os demonstrativos contábeis, sendo eles, Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração de Fluxo de Caixa, juntamente com os relatórios complementares como o Balancete, Comparativo da despesa e o Comparativo da Receita estão em consonância com a Lei 4.320/1964, pelas normas técnicas de contabilidade aplicada ao setor público e pelo manual de contabilidade aplicado ao setor público, relativos a 2018, refletem a sua situação orçamentária, financeira e patrimonial, exceto no caso das ressalvas apresentadas.

Natanael Rodrigues da Cruz Junior

Contador Crea-MS

CRC MS nº 013222/O9

Demonstrações Contábeis Balanço Patrimonial 2018

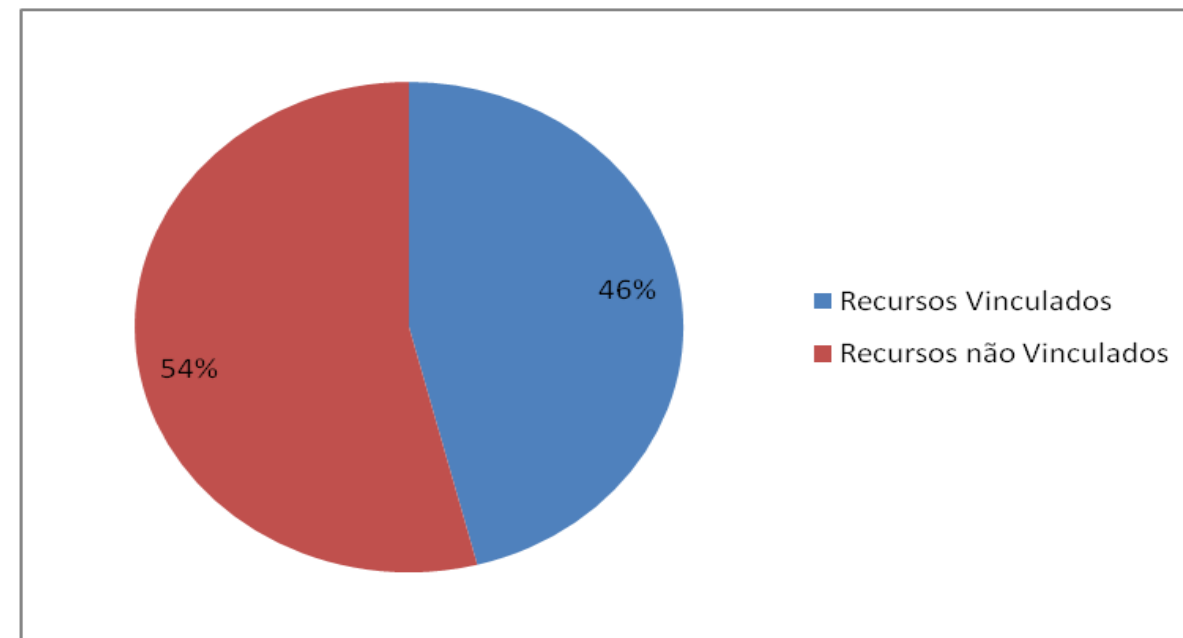
ATIVO				PASSIVO			
Especificação	NE	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	NE	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		11.570.351,60	2.473.352,74	PASSIVO CIRCULANTE		918.257,60	1.783.966,26
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1	4.310.624,85	1.617.570,09	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	8	876.850,01	69.696,78
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		7.015.708,76	656.071,47	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		-	-
CLIENTES	2	624.190,95	1.525.142,39	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		-	-
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	3	889.426,41	1.190.118,71	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		-	-
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA - CLIENTES	4	5.502.091,40	6.064.701,65	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES		-	-
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		151.867,94	133.082,56	PROVISÕES A CURTO PRAZO		-	1.631.176,09
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		-	-	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	9	41.407,59	83.093,39
ESTOQUES		89.470,15	66.628,62			-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	6	2.679,90	-			-	-
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		10.526.941,19	10.252.235,89	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		-	62.718,18
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		45.945,00	-	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO		-	-
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO		45.945,00	-	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		-	62.718,18
INVESTIMENTOS		-	-	FORNECEDORES A LONGO PRAZO		-	-
IMOBILIZADO	7	9.969.799,99	9.741.039,69	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		-	-
BENS MÓVEIS		3.432.453,41	3.203.693,11	PROVISÕES A LONGO PRAZO		-	-
BENS IMÓVEIS		6.537.346,58	6.537.346,58	RESULTADO DIFERIDO		-	-
INTANGÍVEL		511.196,20	511.196,20			-	-
SOFTWARES		510.570,20	510.570,20			-	-
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS		626,00	626,00			-	-
				TOTAL DO PASSIVO		918.257,60	1.846.684,44
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Especificação		Exercício Atual	Exercício Anterior
				Patrimônio Social e Capital Social		-	-
				Ajuste de avaliação Patrimonial		-	-
				Demais Reservas		-	-
				Resultados Acumulados		21.179.035,19	10.878.904,19
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		21.179.035,19	10.878.904,19
TOTAL		22.097.292,79	12.725.588,63	TOTAL		22.097.292,79	-12.725.588,63
ATIVO FINANCEIRO		4.463.186,51	2.249.407,97	PASSIVO FINANCEIRO		532.011,02	424.922,77
ATIVO PERMANENTE		17.634.106,28	10.476.180,66	PASSIVO PERMANENTE		910.701,22	1.693.894,27
SALDO PATRIMONIAL						20.654.580,55	10.606.771,59

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	3.931.175,49	1.824.485,20

Fonte: Sistema Implanta

Valores Vinculados em Caixa e Equivalentes de Caixa



Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo (NE 5): os valores foram anulados, ou seja, foi necessário um ajuste pela falta de estimativa confiável, conforme está no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), página 232, 8ª edição: “De acordo com a NBC TSP 01, os ativos em geral devem ser mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição. Contudo, os ativos oriundos de transações tributárias, enquanto não efetivamente arrecadados, devem ser mensurados pela melhor estimativa de entrada de recursos para a entidade.” e MCASP, página 233 “A entidade deve constituir ajuste para perdas de créditos relativos a tributos. A metodologia utilizada para cálculo do ajuste para perdas deve ser aquela que melhor reflita a real situação do ativo e deve ser evidenciada em notas explicativas.”

Variações Patrimoniais 2018					
VARIACÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual		Exercício Anterior		
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	16.485.244,20	14.074.176,92	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	15.922.888,95	14.695.100,13
IMPOSTOS , TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	5.989.929,31	5.285.158,77	PESSOAL E ENCARGOS	10.986.172,45	10.472.284,90
TAXAS	5.989.929,31	5.285.158,77	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	7.984.908,21	7.261.336,27
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	5.989.929,31	5.285.158,77	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	7.984.908,21	7.261.336,27
CONTRIBUIÇÕES	6.750.123,92	6.010.725,88	ENCARGOS PATRONAIS	2.054.836,73	2.197.230,91
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	6.750.123,92	6.010.725,88	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	2.054.836,73	2.197.230,91
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	6.750.123,92	6.010.725,88	BENEFÍCIOS A PESSOAL	946.227,51	887.265,90
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	641.693,89	605.133,21	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	946.227,51	887.265,90
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	641.693,89	605.133,21	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	200,00	126.451,82
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	641.693,89	605.133,21	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	200,00	126.451,82
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	820.032,72	502.128,46	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	3.142.201,26	3.708.920,24
JUROS E ENCARGOS DE MORA	-	630,00	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	216.563,65	321.510,35
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	-	630,00	CONSUMO DE MATERIAL	216.563,65	321.510,35
VARIAÇÕES MONETARIAS E CAMBIAIS	5.901,55	1.652,11	SERVIÇOS	2.925.637,61	3.387.409,89
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	5.901,55	1.652,11	DIARIAS	717.359,15	877.397,10
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	814.131,17	499.846,35	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	487.143,93	549.812,56
MULTAS SOBRE ANUIDADES	814.131,17	499.846,35	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	1.721.134,53	1.960.200,23
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	1.914.205,36	1.192.665,26	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	166.285,03	149.589,81
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.865.308,16	990.479,01	JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	166.285,03	149.589,81
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.865.308,16	990.479,01	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	166.285,03	149.589,81
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	48.897,20	202.186,25	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	217.893,06	217.112,35
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	48.897,20	202.186,25	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	217.893,06	217.112,35
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	369.259,00	478.365,34	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	217.893,06	217.112,35
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	5.166,76	2.489,46	TRIBUTÁRIAS	1.354.413,70	87.009,36
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	5.166,76	2.489,46	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	36.568,51	76.376,01
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	364.092,24	475.875,88	IMPOSTOS	36.568,51	76.376,01
MULTAS ADMINISTRATIVAS	95.616,22	397.565,56	CONTRIBUICOES	1.317.845,19	10.633,35
INDENIZAÇÕES	19.788,85	24.834,62	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.317.845,19	10.633,35
REVERSÃO DE PROVISÕES	248.687,17	-	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	55.923,45	60.183,47
DÍVIDA ATIVA	-	53.475,70	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	55.923,45	60.183,47
	-	-	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	55.923,45	60.183,47
Total das Variações Ativas :	16.485.244,20	14.074.176,92	Total das Variações Passivas :	15.922.888,95	14.695.100,13
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício		620.923,21	Superávit do Exercício	562.355,25	
Total	16.485.244,20	14.695.100,13	Total	16.485.244,20	14.695.100,13

O exercício de 2018 encerrou com superavit patrimonial, ao contrário do que aconteceu no em 2017 quando o Conselho fechou com um deficit patrimonial.

Balanço Financeiro 2018

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Recosta Orçamentária	16.717.128,42	14.996.808,05	Despesa Orçamentária	14.205.367,02	15.340.964,45
RECEITA REALIZADA	16.717.128,42	14.996.808,05	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	524.454,64	271.172,60
RECEITA CORRENTE	15.327.042,08	14.996.808,05	CREDITO EMPENHADO - PAGO	13.680.912,38	15.069.791,85
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.989.929,31	5.285.158,77	DESPESA CORRENTE	13.416.922,09	14.559.203,98
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	5.989.929,31	5.285.158,77	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.975.213,04	7.387.788,09
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	5.989.929,31	5.285.158,77	ENCARGOS PATRONAIS	2.054.836,73	2.197.230,91
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	6.477.145,77	6.234.292,69	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.386.872,32	4.974.184,98
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	3.740.512,24	3.561.465,13	DESPESA DE CAPITAL	263.990,29	510.587,87
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	3.428.298,24	3.265.129,96	INVESTIMENTOS	197.042,09	439.034,63
Nível Médio - Técnicos	83.073,28	-	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	66.948,20	71.553,24
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	312.214,00	296.335,17	-	-	-
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	2.736.633,53	2.672.827,56	-	-	-
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	2.595.906,81	2.505.243,15	-	-	-
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	140.726,72	167.584,41	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	115.162,24	139.100,00	-	-	-
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	115.162,24	139.100,00	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	526.402,25	466.033,21	-	-	-
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	278.280,00	254.463,62	-	-	-
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	119.501,58	102.112,37	-	-	-
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	85.637,46	92.385,54	-	-	-
EMOLUMENTOS COM VISTOS DE REGISTROS	28.780,64	17.003,43	-	-	-
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	14.202,57	68,25	-	-	-
FINANCEIRAS	825.877,21	534.219,56	-	-	-
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	825.877,21	534.219,56	-	-	-
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	5.885,17	1.652,11	-	-	-
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	16,38	-	-	-	-
MULTAS SOBRE ANUIDADES	591.762,11	254.569,80	-	-	-
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	228.213,55	277.997,65	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	524.119,02	1.192.665,26	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	868.406,28	1.145.338,56	-	-	-
DÍVIDA ATIVA	747.834,45	717.673,16	-	-	-
MULTAS DE INFRAÇÕES	95.616,22	397.565,56	-	-	-
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	19.788,85	24.736,52	-	-	-
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	5.166,76	5.363,32	-	-	-
RECEITA DE CAPITAL	1.390.086,34	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.390.086,34	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS	1.390.086,34	-	-	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	-	-	Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	27.593.819,01	26.411.559,96	Pagamentos Extraorçamentários	27.412.525,65	26.221.298,13
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	524.454,64	271.172,60	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	267.967,34	128.022,72
Inscrição de Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	-	117.798,30
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.796.555,88	2.795.398,18	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.852.600,35	2.789.658,14
Outros Recebimentos Extraorçamentários	24.272.808,49	23.344.989,18	Outros Pagamentos Extraorçamentários	24.291.957,96	23.185.818,97
Saldo em espécie do Exercício Anterior	1.617.570,09	1.771.464,66	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	4.310.624,85	1.617.570,09
Caixa e Equivalente de Caixa	1.617.570,09	1.771.464,66	Caixa e Equivalente de Caixa	4.310.624,85	1.617.570,09
Depósitos. Rest. Vrs Vinculados	-	-	Depósitos. Rest. Vrs Vinculados	-	-
Total:	45.928.517,52	43.179.832,67		45.928.517,52	43.179.832,67

Balanço Orçamentário 2018

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE		22.040.890,00	22.040.890,00	15.327.042,08	-6.713.847,92
RECEITA TRIBUTÁRIA	10	5.490.000,00	5.490.000,00	5.989.929,31	499.929,31
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA		5.490.000,00	5.490.000,00	5.989.929,31	499.929,31
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA		5.490.000,00	5.490.000,00	5.989.929,31	499.929,31
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	11	10.652.083,79	10.652.083,79	6.477.145,77	-4.174.938,02
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS		5.862.018,68	5.862.018,68	3.740.512,24	-2.121.506,44
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO		4.832.505,00	4.832.505,00	3.428.298,24	-1.404.206,76
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR		1.029.513,68	1.029.513,68	312.214,00	-717.299,68
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS		4.790.065,11	4.790.065,11	2.736.633,53	-2.053.431,58
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO		4.593.065,11	4.593.065,11	2.595.906,81	-1.997.158,30
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR		197.000,00	197.000,00	140.726,72	-56.273,28
RECEITA PATRIMONIAL	12	110.000,00	110.000,00	115.162,24	5.162,24
RECEITAS IMOBILIÁRIAS		110.000,00	110.000,00	115.162,24	5.162,24
RECEITA DE SERVIÇOS		392.100,00	392.100,00	526.402,25	134.302,25
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES		220.000,00	220.000,00	278.280,00	58.280,00
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS		80.000,00	80.000,00	119.501,58	39.501,58
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES		57.500,00	57.500,00	85.637,46	28.137,46
EMOLUMENTOS COM VISTOS DE REGISTROS		30.000,00	30.000,00	28.780,64	-1.219,36
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS		4.600,00	4.600,00	14.202,57	9.602,57
FINANCEIRAS		766.000,00	766.000,00	825.877,21	59.877,21
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA		766.000,00	766.000,00	825.877,21	59.877,21
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES		3.000,00	3.000,00	5.885,17	2.885,17
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES		-	-	16,38	16,38
MULTAS SOBRE ANUIDADES		343.000,00	343.000,00	591.762,11	248.762,11
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	13	420.000,00	420.000,00	228.213,55	-191.786,45
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14	3.386.890,00	3.386.890,00	524.119,02	-2.862.770,98
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.243.816,21	1.243.816,21	868.406,28	-375.409,93
DÍVIDA ATIVA	15	875.000,00	875.000,00	747.834,45	-127.165,55
MULTAS DE INFRAÇÕES		350.000,00	350.000,00	95.616,22	-254.383,78
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		12.000,00	12.000,00	19.788,85	7.788,85
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS		6.816,21	6.816,21	5.166,76	-1.649,45
RECEITA DE CAPITAL		-	-	1.390.086,34	1.390.086,34
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	16	-	-	1.390.086,34	1.390.086,34
TRANSFERÊNCIAS		-	-	1.390.086,34	1.390.086,34
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		-	-	-	-
SUB-TOTAL DAS RECEITAS		22.040.890,00	22.040.890,00	16.717.128,42	-5.323.761,58
DÉFICIT		-	-	-	-
TOTAL		22.040.890,00	22.040.890,00	16.717.128,42	-5.323.761,58

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	17	18.777.890,00	18.777.890,00	13.676.908,73	13.416.922,09	13.416.922,09	5.100.981,27
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18	11.426.240,00	11.411.240,00	9.037.110,50	9.030.049,77	9.030.049,77	2.374.129,50
REMUNERAÇÃO PESSOAL		9.014.060,00	8.999.060,00	6.982.273,77	6.975.213,04	6.975.213,04	2.016.786,23
ENCARGOS PATRONAIS		2.412.180,00	2.412.180,00	2.054.836,73	2.054.836,73	2.054.836,73	357.343,27
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		6.163.650,00	6.221.850,00	4.127.362,31	3.893.933,91	3.893.933,91	2.094.487,69
BENEFÍCIOS A PESSOAL		963.150,00	993.150,00	949.317,54	948.796,14	948.796,14	43.832,46
USO DE BENS E SERVIÇOS		1.004.000,00	989.000,00	472.199,65	346.830,23	346.830,23	516.800,35
DIÁRIAS	19	930.000,00	930.000,00	717.359,15	717.359,15	717.359,15	212.640,85
PASSAGENS		255.000,00	240.000,00	143.523,26	143.523,26	143.523,26	96.476,74
HOSPEDAGENS E ALIMENTAÇÃO		10.000,00	10.000,00	145,00	145,00	145,00	9.855,00
DESPESA COM LOCOMOÇÃO		282.000,00	297.000,00	238.100,90	238.100,90	238.100,90	58.899,10
SERVICIOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	20	2.719.500,00	2.762.700,00	1.606.716,81	1.499.179,23	1.499.179,23	1.155.983,19
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		170.000,00	170.000,00	77.597,34	69.568,34	69.568,34	92.402,66
TRIBUTOS		140.000,00	128.000,00	36.568,51	36.568,51	36.568,51	91.431,49
CONTRIBUIÇÕES		30.000,00	42.000,00	41.028,83	32.999,83	32.999,83	971,17
DEMAIS DESPESAS CORRENTES		390.000,00	346.800,00	55.923,45	55.923,45	55.923,45	290.876,55
SERVIÇOS BANCÁRIOS		298.000,00	298.000,00	162.055,01	162.055,01	162.055,01	135.944,99
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		330.000,00	330.000,00	216.860,12	205.391,61	205.391,61	113.139,88
SUBVENÇÕES SOCIAIS		330.000,00	330.000,00	216.860,12	205.391,61	205.391,61	113.139,88
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	17	3.263.000,00	3.263.000,00	528.458,29	263.990,29	263.990,29	2.734.541,71
INVESTIMENTOS		3.193.000,00	3.193.000,00	461.510,09	197.042,09	197.042,09	2.731.489,91
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS		2.900.000,00	2.783.000,00	241.888,00	81.800,00	81.800,00	2.541.112,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES		293.000,00	410.000,00	219.622,09	115.242,09	115.242,09	190.377,91
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		70.000,00	70.000,00	66.948,20	66.948,20	66.948,20	3.051,80
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS		70.000,00	70.000,00	66.948,20	66.948,20	66.948,20	3.051,80
SUB-TOTAL DAS DESPESAS		22.040.890,00	22.040.890,00	14.205.367,02	13.680.912,38	13.680.912,38	7.835.522,98
SUPERÁVIT		-	-	2.511.761,40	-	-	-2.511.761,40
TOTAL		22.040.890,00	22.040.890,00	16.717.128,42	13.680.912,38	13.680.912,38	5.323.761,58

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO				
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	960,00	263.765,47	260.560,21	260.560,21	4.165,26	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	960,00	250.101,26	246.896,00	246.896,00	4.165,26	-
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	-	1.162,76	1.162,76	1.162,76	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	12.501,45	12.501,45	12.501,45	-	-
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	-	7.407,13	7.407,13	7.407,13	-	-
INVESTIMENTOS	-	7.407,13	7.407,13	7.407,13	-	-
TOTAL:	960,00	271.172,60	267.967,34	267.967,34	4.165,26	-

Demonstração dos Fluxos de Caixa 2018

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-	-
INGRESSOS	-	-
RECEITA CORRENTE	15.327.042,08	14.996.808,05
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.989.929,31	5.285.158,77
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	5.989.929,31	5.285.158,77
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	5.989.929,31	5.285.158,77
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	6.477.145,77	6.234.292,69
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	3.740.512,24	3.561.465,13
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	3.428.298,24	3.265.129,96
Nível Médio - Técnicos	83.073,28	-
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	312.214,00	296.335,17
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	2.736.633,53	2.672.827,56
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	2.595.906,81	2.505.243,15
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	140.726,72	167.584,41
RECEITA PATRIMONIAL	115.162,24	139.100,00
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	115.162,24	139.100,00
RECEITA DE SERVIÇOS	526.402,25	466.033,21
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	278.280,00	254.463,62
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	119.501,58	102.112,37
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	85.637,46	92.385,54
EMOLUMENTOS COM VISTOS DE REGISTROS	28.780,64	17.003,43
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	14.202,57	68,25
FINANCEIRAS	825.877,21	534.219,56
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	825.877,21	534.219,56
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	5.885,17	1.652,11
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	16,38	-
MULTAS SOBRE ANUIDADES	591.762,11	254.569,80
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	228.213,55	277.997,65
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	524.119,02	1.192.665,26
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	868.406,28	1.145.338,56
DÍVIDA ATIVA	747.834,45	717.673,16
MULTAS DE INFRAÇÕES	95.616,22	397.565,56
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	19.788,85	24.736,52
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	5.166,76	5.363,32
OUTROS INGRESSOS	27.069.364,37	26.140.387,36
DESEMBOLSOS	-	-
DESPESA CORRENTE	13.416.922,09	14.559.203,98
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.975.213,04	7.387.788,09
ENCARGOS PATRONAIS	2.054.836,73	2.197.230,91
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.386.872,32	4.974.184,98
OUTROS DESEMBOLSOS	27.412.525,65	26.221.298,13
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	1.566.958,71	356.693,30
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.390.086,34	-
TRANSFERÊNCIAS	1.390.086,34	-
DESEMBOLSOS	-	-
INVESTIMENTOS	197.042,09	439.034,63
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	66.948,20	71.553,24
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	1.126.096,05	-510.587,87
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.693.054,76	-153.894,57
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.617.570,09	1.771.464,66
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	4.310.624,85	1.617.570,09

Após a apresentação das Demonstrações Contábeis, seguem os relatórios complementares apresentados para a prestação de contas do Crea – MS

Comparativo da Receita 2018

Receita	Orçado	Arrec. Período	Arrec. Exerc.	Diferença			
RECEITA REALIZADA	22.040.890,00	16.717.128,42	75,85%	16.717.128,42	75,85%	5.323.761,58	24,15%
RECEITA CORRENTE	22.040.890,00	15.327.042,08	69,54%	15.327.042,08	69,54%	6.713.847,92	30,46%
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.490.000,00	5.989.929,31	109,11%	5.989.929,31	109,11%	-499.929,31	-9,11%
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	5.490.000,00	5.989.929,31	109,11%	5.989.929,31	109,11%	-499.929,31	-9,11%
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	5.490.000,00	5.989.929,31	109,11%	5.989.929,31	109,11%	-499.929,31	-9,11%
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	10.652.083,79	6.477.145,77	60,81%	6.477.145,77	60,81%	4.174.938,02	39,19%
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	5.862.018,68	3.740.512,24	63,81%	3.740.512,24	63,81%	2.121.506,44	36,19%
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	4.832.505,00	3.428.298,24	70,94%	3.428.298,24	70,94%	1.404.206,76	29,06%
Nível Médio - Técnicos	0,00	83.073,28	0,00%	83.073,28	0,00%	-83.073,28	0,00%
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.029.513,68	312.214,00	30,33%	312.214,00	30,33%	717.299,68	69,67%
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	4.790.065,11	2.736.633,53	57,13%	2.736.633,53	57,13%	2.053.431,58	42,87%
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	4.593.065,11	2.595.906,81	56,52%	2.595.906,81	56,52%	1.997.158,30	43,48%
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	197.000,00	140.726,72	71,43%	140.726,72	71,43%	56.273,28	28,57%
RECEITA PATRIMONIAL	110.000,00	115.162,24	104,69%	115.162,24	104,69%	-5.162,24	-4,69%
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	110.000,00	115.162,24	104,69%	115.162,24	104,69%	-5.162,24	-4,69%
RECEITA DE SERVIÇOS	392.100,00	526.402,25	134,25%	526.402,25	134,25%	-134.302,25	-34,25%
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	220.000,00	278.280,00	126,49%	278.280,00	126,49%	-58.280,00	-26,49%
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	80.000,00	119.501,58	149,38%	119.501,58	149,38%	-39.501,58	-49,38%
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	57.500,00	85.637,46	148,93%	85.637,46	148,93%	-28.137,46	-48,93%
EMOLUMENTOS COM VISTOS DE REGISTROS	30.000,00	28.780,64	95,94%	28.780,64	95,94%	1.219,36	4,06%
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	4.600,00	14.202,57	308,75%	14.202,57	308,75%	-9.602,57	-208,75%
FINANCEIRAS	766.000,00	825.877,21	107,82%	825.877,21	107,82%	-59.877,21	-7,82%
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	766.000,00	825.877,21	107,82%	825.877,21	107,82%	-59.877,21	-7,82%
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	3.000,00	5.885,17	196,17%	5.885,17	196,17%	-2.885,17	-96,17%
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	16,38	0,00%	16,38	0,00%	-16,38	0,00%
MULTAS SOBRE ANUIDADES	343.000,00	591.762,11	172,53%	591.762,11	172,53%	-248.762,11	-72,53%
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	420.000,00	228.213,55	54,34%	228.213,55	54,34%	191.786,45	45,66%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.386.890,00	524.119,02	15,47%	524.119,02	15,47%	2.862.770,98	84,53%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.243.816,21	868.406,28	69,82%	868.406,28	69,82%	375.409,93	30,18%
DÍVIDA ATIVA	875.000,00	747.834,45	85,47%	747.834,45	85,47%	127.165,55	14,53%
MULTAS DE INFRAÇÕES	350.000,00	95.616,22	27,32%	95.616,22	27,32%	254.383,78	72,68%
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	12.000,00	19.788,85	164,91%	19.788,85	164,91%	-7.788,85	-64,91%
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	6.816,21	5.166,76	75,80%	5.166,76	75,80%	1.649,45	24,20%
RECEITA DE CAPITAL	0,00	1.390.086,34	0,00%	1.390.086,34	0,00%	-1.390.086,34	0,00%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	1.390.086,34	0,00%	1.390.086,34	0,00%	-1.390.086,34	0,00%
TRANSFERÊNCIAS	0,00	1.390.086,34	0,00%	1.390.086,34	0,00%	-1.390.086,34	0,00%
Total:	22.040.890,00	16.717.128,42		16.717.128,42		5.323.761,58	

Comparativo da Despesa Paga 2018

Despesa	Orçado	Realiz. Período	Realiz. Exerc.	Diferença
CRÉDITO DISPONÍVEL DA DESPESA	22.040.890,00	13.680.912,38	62,07%	13.680.912,38 62,07%
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	18.777.890,00	13.416.922,09	71,45%	13.416.922,09 71,45%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.411.240,00	9.030.049,77	79,13%	9.030.049,77 79,13%
REMUNERAÇÃO PESSOAL	8.999.060,00	6.975.213,04	77,51%	6.975.213,04 77,51%
ENCARGOS PATRONAIS	2.412.180,00	2.054.836,73	85,19%	2.054.836,73 85,19%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.221.850,00	3.893.933,91	62,58%	3.893.933,91 62,58%
BENEFÍCIOS A PESSOAL	993.150,00	948.796,14	95,53%	948.796,14 95,53%
USO DE BENS E SERVIÇOS	989.000,00	346.830,23	35,07%	346.830,23 35,07%
MATERIAL DE CONSUMO	440.000,00	56.025,88	12,73%	56.025,88 12,73%
DESPESAS COM VEÍCULOS	250.000,00	165.629,29	66,25%	165.629,29 66,25%
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	35.000,00	19.800,29	56,57%	19.800,29 56,57%
SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	264.000,00	105.374,77	39,91%	105.374,77 39,91%
DIÁRIAS	930.000,00	717.359,15	77,14%	717.359,15 77,14%
PASSAGENS	240.000,00	143.523,26	59,80%	143.523,26 59,80%
HOSPEDAGENS E ALIMENTAÇÃO	10.000,00	145,00	1,45%	145,00 1,45%
DESPESA COM LOCOMOÇÃO	297.000,00	238.100,90	80,17%	238.100,90 80,17%
SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	2.762.700,00	1.499.179,23	54,27%	1.499.179,23 54,27%
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	170.000,00	69.568,34	40,92%	69.568,34 40,92%
TRIBUTOS	128.000,00	36.568,51	28,57%	36.568,51 28,57%
CONTRIBUIÇÕES	42.000,00	32.999,83	78,57%	32.999,83 78,57%
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	346.800,00	55.923,45	16,13%	55.923,45 16,13%
SERVIÇOS BANCÁRIOS	298.000,00	162.055,01	54,38%	162.055,01 54,38%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	330.000,00	205.391,61	62,24%	205.391,61 62,24%
SUBVENÇÕES SOCIAIS	330.000,00	205.391,61	62,24%	205.391,61 62,24%
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	3.263.000,00	263.990,29	8,09%	263.990,29 8,09%
INVESTIMENTOS	3.193.000,00	197.042,09	6,17%	197.042,09 6,17%
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	2.783.000,00	81.800,00	2,94%	81.800,00 2,94%
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	410.000,00	115.242,09	28,11%	115.242,09 28,11%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	70.000,00	66.948,20	95,64%	66.948,20 95,64%
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	70.000,00	66.948,20	95,64%	66.948,20 95,64%
Total:	22.040.890,00	13.680.912,38		13.680.912,38 62,07%



CREA-MS
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Mato Grosso do Sul

DEMONSTRATIVO DE RECEITA

RELATÓRIO DE GRUPO ANO DE 2018 (PARTICIONADA+NÃO PARTICIONADA)

Grupo	Natureza	Valor Bruto	Crea	CONFEA	Mutua	Tarifa
6.2.1.2.1.01.01.01 - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	6.2.1.2.1.01.01.01.001 - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	8.800.824,41	5.989.929,31	1.055.599,41	1.755.295,69	0,00
	6.2.1.2.1.01.01.01.002 - RECETUÁRIO AGRONÔMICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.2.1.02.01.01 - ANUIDADE - PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	6.2.1.2.1.02.01.01.001 - Nível Superior	3.690.794,08	3.136.995,90	553.798,18	0,00	0,00
	6.2.1.2.1.02.01.01.002 - Nível Médio	274.468,23	208.229,06	66.239,17	0,00	0,00
	6.2.1.2.1.02.01.01.004-001 - Nível Médio Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas	63.266,52	61.456,08	1.810,44	0,00	0,00
	6.2.1.2.1.02.01.01.004-002 - Nível Médio Conselho Federal dos Técnicos Industriais	21.583,73	18.357,28	3.226,45	0,00	0,00
	6.2.1.2.1.02.01.01.004-002 - Téc. De Segurança do Trabalho e Téc. Nível Médio com dupla titulação, agrícola e industrial	3.393,65	3.259,92	133,73	0,00	0,00
6.2.1.2.1.02.01.02 - ANUIDADE PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	6.2.1.2.1.02.01.02.001 - Nível Superior	294.332,26	251.598,77	42.733,49	0,00	0,00
	6.2.1.2.1.02.01.02.002 - Nível Médio	71.312,72	60.615,23	10.697,49	0,00	0,00
6.2.1.2.1.02.02.01 - ANUIDADE PESSOAS JURÍDICAS DO EXERCÍCIO	6.2.1.2.1.02.02.01.001 - Faixa 1	525.902,32	447.016,06	78.886,26	0,00	0,00
	6.2.1.2.1.02.02.01.002 - Faixa 2	719.616,20	611.672,75	107.943,45	0,00	0,00
	6.2.1.2.1.02.02.01.003 - Faixa 3	400.580,57	340.383,38	60.197,19	0,00	0,00
	6.2.1.2.1.02.02.01.004 - Faixa 4	309.907,52	263.421,34	46.486,18	0,00	0,00
	6.2.1.2.1.02.02.01.005 - Faixa 5	255.427,23	217.113,11	38.314,12	0,00	0,00
	6.2.1.2.1.02.02.01.006 - Faixa 6	378.982,58	322.135,21	56.847,37	0,00	0,00
	6.2.1.2.1.02.02.01.007 - Faixa 7	461.995,87	394.164,96	67.830,91	0,00	0,00
6.2.1.2.1.02.02.02 - ANUIDADE PESSOAS JURÍDICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	6.2.1.2.1.02.02.02.001 - Faixa 1	39.254,79	33.366,28	5.888,51	0,00	0,00
	6.2.1.2.1.02.02.02.002 - Faixa 2	29.056,43	24.697,78	4.358,65	0,00	0,00
	6.2.1.2.1.02.02.02.003 - Faixa 3	31.420,89	26.707,74	4.713,15	0,00	0,00
	6.2.1.2.1.02.02.02.004 - Faixa 4	21.335,43	18.134,49	3.200,94	0,00	0,00
	6.2.1.2.1.02.02.02.005 - Faixa 5	6.373,97	5.417,86	956,11	0,00	0,00
	6.2.1.2.1.02.02.02.006 - Faixa 6	22.640,18	19.244,20	3.395,98	0,00	0,00
	6.2.1.2.1.02.02.02.007 - Faixa 7	15.480,45	13.158,37	2.322,08	0,00	0,00
6.2.1.2.1.04.01 - RECEITAS IMOBILIÁRIAS	6.2.1.2.1.04.01.01 - Aluguéis	115.162,24	115.162,24	0,00	0,00	0,00
	6.2.1.2.1.04.01.02 - Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.2.1.05.01 - EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	6.2.1.2.1.05.01.01 - Profissionais - Pessoas Físicas	144.673,53	122.928,25	21.745,28	0,00	0,00
	6.2.1.2.1.05.01.02 - Organizações Fiscalizadas - Pessoas Jurídicas	182.766,50	155.351,75	27.414,75	0,00	0,00
	6.2.1.2.1.05.04.02 - Organizações Vistos	34.000,70	28.780,64	5.220,06	0,00	0,00
6.2.1.2.1.05.02 - EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	6.2.1.2.1.05.02.01 - Profissionais - Pessoas Físicas	140.661,96	119.501,58	21.160,38	0,00	0,00
6.2.1.2.1.05.03 - EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	6.2.1.2.1.05.03.01 - Profissionais - Pessoas Físicas	99.629,44	84.658,79	14.970,65	0,00	0,00
	6.2.1.2.1.05.03.02 - Organizações Fiscalizadas - Pessoas Jurídicas	978,67	978,67	0,00	0,00	0,00
6.2.1.2.1.05.07 - RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	6.2.1.2.1.05.07.13 - Fotocópias	17,30	17,30	0,00	0,00	0,00
	6.2.1.2.1.05.07.14 - Venda de Etiquetas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	6.2.1.2.1.05.07.15 - Complementação de ART	922,36	784,00	138,36	0,00	0,00
	6.2.1.2.1.05.07.16 - Análise de ART a Posteriori	15.821,04	13.401,27	2.419,77	0,00	0,00
6.2.1.2.1.06.05.01 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	6.2.1.2.1.06.05.01.001 - Pessoas Físicas	4.837,54	4.100,83	736,71	0,00	0,00
	6.2.1.2.1.06.05.01.002 - Pessoas Jurídicas	2.099,43	1.784,34	315,09	0,00	0,00



CREA-MS

Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Mato Grosso do Sul

DEMONSTRATIVO DE RECEITA

RELATÓRIO DE GRUPO ANO DE 2018 (PARTICIONADA+NÃO PARTICIONADA)

Grupo	Natureza	Valor Bruto	Crea	CONFEA	Mutua	Tarifa
6.2.1.2.1.06.05.03 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	6.2.1.2.1.06.05.03.001 - Pessoas Físicas	5,51	4,69	0,82	0,00	0,00
	6.2.1.2.1.06.05.03.002 - Pessoas jurídicas	13,75	11,69	2,06	0,00	0,00
6.2.1.2.1.06.05.04 - MULTA SOBRE ANUIDADES	6.2.1.2.1.06.05.04.001 - Pessoas Físicas	408.714,40	347.887,89	60.826,51	0,00	0,00
	6.2.1.2.1.06.05.04.002 - Pessoas Jurídicas	286.912,64	243.874,22	43.038,42	0,00	0,00
6.2.1.2.1.06.05.07 - REMUNERAÇÃO DE APLIC. FINANCEIRAS	6.2.1.1.1.06.05.07.003-Poupança	107.199,48	107.199,48	0,00	0,00	0,00
	6.2.1.1.1.06.05.07.004- Fundos de aplicação lastreado em Títulos do Tesouro Nacional	121.014,07	121.014,07	0,00	0,00	0,00
6.2.1.2.1.06.05.08 - MULTA S/ VALOR CORRIGIDO MONETARIAMENTE	6.2.1.2.1.06.05.08.001 - Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	6.2.1.2.1.06.05.08.002 - Pessoas Jurídicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.2.1.07.02 TRANSFERENCIAS CORRENTES	6.2.1.2.1.07.01 – Transferências Intragovernamentais	475.221,82	475.221,82	0,00	0,00	0,00
	6.2.1.2.1.07.02 – Transferências Intergovernamentais	48.897,20	48.897,20	0,00	0,00	0,00
	6.2.1.2.1.07.03 – Transferências Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.2.1.08.01 - DIVIDA ATIVA	6.2.1.2.1.08.01.01 - Tributária (Anuidades)	300.692,20	260.224,49	40.467,71	0,00	0,00
	6.2.1.2.1.08.01.02 - Não Tributária (Multas Disc. Leis 5194/66 e 6496/77)	562.610,25	487.609,96	75.000,29	0,00	0,00
6.2.1.2.1.08.03 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.2.1.2.1.08.03.01 - Indenizações	2.402,62	2.402,62	0,00	0,00	0,00
	6.2.1.2.1.08.03.02 - Restituições	17.386,23	17.386,23	0,00	0,00	0,00
6.2.1.2.1.08.02 - MULTAS DE INFRAÇÕES	6.2.1.2.1.08.02.01 - Pessoas Físicas	64.366,61	54.711,62	9.654,99	0,00	0,00
	6.2.1.2.1.08.02.02 - Pessoas Jurídicas	48.123,13	40.904,60	7.218,53	0,00	0,00
RECEITA NÃO CLASSIFI	6.2.1.2.1.08.04.01 - Receita não identificada	5.166,76	5.166,76	0,00	0,00	0,00
6.2.1.2.2.04.01- ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	6.2.1.2.2.02.01.05 - Veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.2.1.2.2.04.01.02 - Transferências Intragovernamentais	1.390.086,34	1.390.086,34	0,00	0,00	0,00
TOTAL		21.018.333,75	16.717.128,42	2.545.909,64	1.755.295,69	

Os relatórios complementares são apropriados para a melhor visualização tanto da Receita efetivamente arrecadada, com suas respectivas partições, como da despesa paga.

Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com a Lei 4.320/1964, com as normas contábeis aplicadas ao setor público expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional. São elas:

- Balanco Patrimonial;
 - Demonstração das Variações Patrimoniais;
 - Balanco Financeiro;
 - Balanco Orçamentário; e
 - Demonstração de Fluxo de Caixa.
- Notas Explicativas

Juntamente com os relatórios complementares Comparativo da despesa e Comparativo da Receita – que apresentam o valor orçado e o valor efetivamente recebido e pago - e Demonstrativo da Receita, apresenta os valores da receita total e suas respectivas partições entre Crea – MS, Confea e Mútua.

Assim, buscamos todas as características qualitativas que as demonstrações devem apresentar, consoante todo o exposto pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª Edição, na página 22 que diz:

O objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil é fornecer informação para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.

As características qualitativas são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil. São elas: a relevância, a representação fidedigna, a compreensibilidade, a tempestividade, a comparabilidade e a verificabilidade.

As restrições inerentes à informação são a materialidade, o custo-benefício e o alcance do equilíbrio apropriado entre as características qualitativas.

Cada uma das características qualitativas é integrada e funciona em conjunto com as outras. Entretanto, na prática, talvez não seja possível alcançar todas as características qualitativas e, nesse caso, um equilíbrio ou compensação entre algumas delas poderá ser necessário.

NOTAS EXPLICATIVAS

☐ Nota 1 – Caixa e Equivalentes de caixa

Compreendem o somatório dos valores disponíveis para a concretização dos trabalhos do Conselho, envolvendo recursos próprios e outros oriundos de convênios com o Confea.

Contas Bancárias e Aplicações 2018		
Recursos Próprios Crea - MS		
Contas Bancárias	Valor em conta	Aplicações
CEF ag 1464 C/C 800-2 SUPRIMENTOS	193.807,12	952.727,66
Banco do Brasil C/C 3132-1 ARRECADADO	-	55.781,47
Banco do Brasil C/C 3132-1 ARRECADADO	-	2.497,31
CEF ag 1464 C/C 24511 - POUPANÇA	1.135.858,15	-
Total =	1.329.665,27	1.011.006,44
Recursos Vinculados a Convênios		
Contas Bancárias	Valor em conta	Aplicações
CEF ag 1464 C/C 1774-5 PRODAFISC	-	118.277,63
CEF ag 1464 C/C 1844-0 ELEIÇÕES	3,00	55.395,02
CEF ag 1464 C/C 1916-0 ENCHENTES	190,50	1.262.615,20
CEF ag 1464 C/C 2023-1 PRODACON	7,01	58.169,05
CEF ag 1464 C/C 2024-0 ESTRUT TECNOLÓGICA	-	145.894,96
CEF ag 1464 C/C 2025-8 SOEAA	2,15	159.188,01
CEF ag 1464 C/C 4409-2	-	99.401,64
Total =	202,66	1.898.941,51
Recursos Técnicos Agrícolas e Industriais em controle do Crea - MS		
Contas Bancárias	Valor em conta	Aplicações
1.1.1.1.2.02.12 - CEF ag 1464 C/P 65600-1 - POUPANÇA Técnicos Agrícolas	58.572,28	
1.1.1.1.2.02.13 - CEF ag 1464 C/P 65601-0 - POUPANÇA Técnicos Industriais	12.236,69	
Total =	70.808,97	-
Total Geral =	1.400.676,90	2.909.947,95

Do valor total, o Crea-MS detém 54% dos recursos sendo que os 46% restantes estão vinculados a convênios

☐ Nota 2 – Clientes

Esta Rubrica apresenta os valores a receber dos profissionais no ano corrente, e no início do exercício essas quantias são apropriadas para que seja reconhecido o direito na contabilidade e sendo posteriormente baixadas conforme a quitação pelos profissionais de suas anuidades.

☐ Nota 3 – Dívida Ativa Tributária

Estágio de cobrança de débitos de anuidades, os valores provêm da rubrica anterior. A Dívida Ativa Tributária teve um desempenho 18,58% maior em 2018 que no ano anterior, um aumento de R\$: 40.778,20 em relação à 2017. Isso se deve, também ao fato das cobranças serem feitas por meio de cartório, procedimento iniciado no final de 2017.

☐ Nota 4 – Dívida Ativa não Tributária

Correspondente ao estágio final de cobrança das multas decorrentes de multas disciplinares: Lei 5194/66 e 6496/77. O Conselho ainda não apresenta dados sobre esses valores em tempo hábil, ou seja, antes deste estágio, mas está trabalhando para que sejam feitas as melhorias necessárias em seu banco de dados e que se obtenha uma estimativa real dos valores em aberto, tanto na fase inicial quanto na dívida ativa não tributária.

☐ Nota 5 - Ajuste de Perdas de Créditos a curto prazo

Conforme o relatado anteriormente, devido a falta de tempestividade nos valores enviados à contabilidade a conta de ajuste para perdas foi zerada, para que em 2019 seja apresentada uma estimativa confiável destes valores. Por isso devida à falta de confiabilidade e representação fidedigna - pois os números que se apresentavam no Balanço Patrimonial não correspondia a realidade atual - optou-se pela anulação desta conta.

☐ Nota 6 – Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Conta sintética e que subdivide-se em contas analíticas: Prêmio de Seguros a Vencer e Assinaturas de Jornais. A apropriação da despesa é efetuada a medida que se descorre o tempo de contrato e o consumo do serviço contratado.

☐ Nota 7 – Imobilizado

O Regional trabalha para o controle e pela melhoria estimativa do Imobilizado. E assim no exercício de 2018 foram realizados lançamentos em sistema para controle de ativos e as demais etapas deste processo estão planejadas para 2019, com expectativa de que nesse exercício se obtenha dados confiáveis para as demonstrações contábeis.

☐ Nota 8 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais de Curto Prazo

Basicamente, a apropriação dos valores referentes à folha de pagamento, como 13º e férias. O valor apresentado no Balanço Patrimonial é de apropriação de férias.

☐ Nota 9 – Demais obrigações a Curto Prazo

Refere-se à Receita Antecipada, ou seja, valor das anuidades pertencentes ao exercício de 2019 que foram pagas em 2018. Como esses valores pertencem ao exercício seguinte não é apropriado como receita do ano de 2018.

❑ Nota 10 – Receita Tributária

A Receita Tributária envolve os valores recebidos relativos à ART – Anotação de Responsabilidade Técnica - A ART é um instrumento indispensável para identificar a responsabilidade técnica pelas obras ou serviços prestados por profissionais ou empresas. A ART assegura à sociedade que essas atividades técnicas são realizadas por um profissional habilitado. Neste sentido, a ART tem uma nítida função de defesa da sociedade, proporcionando também segurança técnica e jurídica para quem contrata e para quem é contratado.

O exercício de 2018 apresentou um aumento de 13,61% em relação ao ano anterior, em valores representou um montante de R\$ 717.436,39 (setecentos e dezessete mil quatrocentos e trinta e seis reais e trinta e nove centavos) a mais que o exercício de 2017. Um aumento muito significativo, visto que foi um ano eleitoral com incertezas de mercado que, na maioria das vezes, todos os setores da nossa economia.

❑ Nota 11 – Receita de Contribuições

Essa conta sintética apresenta como contas analíticas as receitas com anuidades pessoas físicas e Jurídicas, do exercício corrente e do exercício anterior.

As anuidades das Pessoas Físicas do Exercício, segregadas em Nível Superior e Nível Médio, tiveram um pequeno aumento de 3%, crescimento no valor de R\$ 150.779,80, (cento e cinquenta mil, setecentos e setenta e nove reais e oitenta centavos), temos que destacar ainda que em 2018 os Técnicos Industriais e Agrícolas tiveram autorização legislativa para instituição de um Conselho próprio, para cada um. Assim foi comunicado a este Regional que, nos recebimentos dos valores referentes aos técnicos agrícolas e industriais fosse feito o seguinte calculo:

Valor Total * 90% = Valor 01 (os 10% pertencem de início ao Crea – MS)

(Valor 01/365)*192 = Valor 02 (Numerário pertencente ao Conselho dos Técnicos)

Valor 02*0,85 = Valor devido pelo Crea – MS ao Conselho dos Técnicos

Valor 02*0,15 = Valor devido pelo Confea ao Conselho dos Técnicos

O Conselho possuía, no encerramento do exercício de 2018, R\$: 83.073,28 (oitenta e três mil, setenta e três reais e vinte e oito centavos) pertencentes ao Conselho dos Técnicos.

Pessoas Físicas do Exercício Anterior teve um aumento de 5,36%, seguido de Pessoas Jurídicas do Exercício com 3,62% e finalmente temos Pessoas Jurídicas do Exercício Anterior, que teve queda de 16,03%.

❑ Nota 12 – Receita Patrimonial

Refere-se ao aluguel do auditório do Crea – MS, que apresentou uma queda de 17,21% em relação ao ano anterior.

❑ Nota 13 - Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras

No ano de 2018 o Regional possuía depósitos em poupança e CDB - certificado de depósito bancário apresentados:

Aplicações Financeiras				
Banco	Conta	Número da Aplicação	Data da Aplicação	Saldo Final 2018
Caixa Econômica Federal	Ag. 1464 -c/c 800 - 2	20170125000613	25/01/2017	12.981,82
Caixa Econômica Federal	Ag. 1464 -c/c 800 - 2	20170320000586	20/03/2017	689.687,06
Caixa Econômica Federal	Ag. 1464 -c/c 800 - 2	20181228000441	28/12/2018	250.058,78
Caixa Econômica Federal	Ag. 1464 -c/c 1774 - 5	20170224000731	24/02/2017	118.277,63
Caixa Econômica Federal	Ag. 1464 -c/c 1844 - 0	20170224000735	24/02/2017	55.395,02
Caixa Econômica Federal	Ag. 1464 -c/c 1916 - 0	20180424000226	24/04/2018	1.262.615,20
Caixa Econômica Federal	Ag. 1464 -c/c 2023 - 1	20180719000298	19/07/2018	58.169,05
Caixa Econômica Federal	Ag. 1464 -c/c 2024 - 0	20181123000314	23/11/2018	145.894,96
Caixa Econômica Federal	Ag. 1464 -c/c 2025 - 8	20180921000393	21/09/2018	159.188,01
Caixa Econômica Federal	Ag. 1464 -c/c 4409 - 2	20181101000411	01/11/2018	99.401,64
Banco do Brasil	Ag. 2576 - 3, c/c 3132-1	909293	10/04/2014	55.781,47
Banco do Brasil	Ag. 2576 - 3, c/c 3132-2	70102523	26/09/2018	2.497,31
Poupanças				
Caixa Econômica Federal	Ag. 1464 -c/p 24511 - 7			1.135.858,15
Caixa Econômica Federal	Ag. 1464 -c/p 65601 - 0 Técnicos Industriais			12.236,69
Caixa Econômica Federal	Ag. 1464 -c/p 65600 - 1 Técnicos Agrícolas			58.572,28
Valor Total =				4.116.615,07

Destaca – se que os valores das contas 65601 – 0 e 65600 – 1 pertencem, respectivamente, aos Conselhos dos Técnicos Industriais e Agrícolas.

☐ Nota 14 – Transferências Correntes

Foi recebido por meio de convênios o valor total de R\$ 524.119,02 (quinhentos e vinte quatro mil, cento e dezenove reais e dois centavos).

Valores Originários de Convênio com o Confea:

R\$ 48.129,94 (quarenta e oito mil, cento e vinte nove reais e noventa e quatro centavos), transferência de recursos convênio 069/2017 – Prodafin: Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento de Atividades Finalísticas em 07/02/2018.

R\$ 56.660,05 (cinquenta e seis mil, seiscentos e sessenta reais e cinco centavos) correspondente ao Prodesu - Programa de Desenvolvimento Sustentável em 21/06/2018.

R\$ 295.515,83 (duzentos e noventa e cinco mil, quinhentos e quinze reais e oitenta e três centavos), referente ao processo CF-6516/2018, Convênio n° 037/2018-GDI/CONFEA, de procedimento do Prodafisc -Programa de Desenvolvimento e Aprimoramento da Fiscalização, Objeto: pagamento de diárias e despesas com combustível, consoante descritivo disposto no Plano de Trabalho. O Crea-MS alocou a contrapartida financeira de R\$ 73.878,83 (setenta e três mil, oitocentos e setenta e oito reais e oitenta e três centavos) em conta específica, em que este conselho é o titular.

R\$ 74.916,00 (setenta e quatro mil, novecentos e dezesseis reais) referente ao processo CF-6520/2018, Convênio n° 066/2018-GDI/CONFEA, de procedimento do Prodafin- Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades Finalísticas, Objeto: digitalização de 1.000.000 de páginas, consoante ao Plano de Trabalho.

Valores Originários de Convênio com a Mútua:

R\$ 1.500 (mil e quinhentos reais) referente a divulgação institucional da Mútua em 22/03/2018.

R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais), Processo C-3343/2018, objeto que visa a divulgação institucional do Patrocinante, seus benefícios, convênios e produtos, na 75ª Semana Oficial de Engenharia e Agronomia – SOEA, a ser realizada no período de 21 a 24 de agosto de 2018, na cidade de Maceió – AL. Toda a programação, obrigações do patrocinante e do patrocinado constam nas cláusulas do contrato do convênio.

R\$ 1.397,20 (mil trezentos e noventa e sete reais e vinte centavos) referente ao 4º Seminário de Ética Profissional da Engenharia e Agronomia, evento realizado em Nova Andradina – MS.

☐ Nota 15 – Dívida Ativa

A cobrança em Dívida Ativa é o último estágio de cobrança do Conselho, no exercício de 2018 os valores recebidos representaram um aumento de 4,20% em relação ao exercício anterior.

☐ Nota 16 – Transferências de Capital

A rubrica apresentou um valor total de R\$ 1.390.086,34 (um milhão, trezentos e noventa mil e oitenta e seis reais e trinta e quatro centavos) decorrentes de:

Assinatura do convênio n. 119/2017 com o Confea tendo por objeto o Auxílio financeiro para ampliação da sede do Crea-MS. A primeira parcela recebida em 5/4/2018 foi de R\$ 1.291.573,00 (um milhão, duzentos e noventa e um mil e quinhentos e setenta e três reais), sendo depositada em conta corrente deste Conselho e posteriormente aplicado em fundos de investimento para rendimentos.

Assinatura do Convênio n° 036/2018-GDI/CONFEA, referente ao processo CF-7835/2018, no valor de R\$ 98.513,34 (noventa e oito mil, quinhentos e treze reais e trinta e quatro centavos) integrante do Prodafisc (Programa de Desenvolvimento e Aprimoramento da Fiscalização), por objeto a aquisição de 02 (dois) veículos para o Departamento de Fiscalização.

☐ Nota 17 – Despesas Correntes e Despesas de Capital

O Regional superou em 2018, muitas expectativas em relação a despesa total do exercício. Em comparação ao ano anterior a despesa total teve queda de 16%. Com redução de R\$ 2.605.550,54 (dois milhões, seiscentos e cinco mil, quinhentos e cinquenta reais e cinquenta e quatro centavos). As maiores reduções estão representadas em Despesas com Pessoal e Encargos Sociais e Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.

☐ Nota 18 - Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

A despesa com Pessoal e Encargos Sociais representaram o valor total de 9.030.049,77 (nove milhões, trinta mil e quarenta e nove reais e setenta e sete centavos), conseguindo uma redução de 14,46% em relação ao exercício anterior. Registra-se que o Conselho atingiu o percentual de 58,71% da sua Receita Corrente Líquida.

☐ Nota 19 – Diárias

Despesa que apresentou uma queda significativa de 20,02%, com redução de R\$ 179.536,05 (cento e setenta e nove mil, quinhentos e trinta e seis reais e cinco centavos) em relação à 2017.

☐ Nota 20 – Serviços de Terceiros Pessoas Jurídicas

Este item representa o maior gasto após a folha de pagamento, contudo pode-se verificar a redução, de 26,27% em relação a 2017.

10. ANEXOS E APÊNDICES

COORDENADORES, COORDENADORES ADJUNTOS E ASSESSORIAS TÉCNICAS DAS CÂMARAS REGIONAIS (MANDATO 7/02/2018 A 6 /2/2019)

CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE:

	<u>COORDENADOR:</u>	ENG. AGR. JORGE WILSON CORTEZ
AGRONOMIA - (CEA)	<u>COORDENADOR ADJUNTO:</u>	ENG. AGR. MARCELO AUGUSTO DE SOUZA BEXIGA
	<u>ASSESSORIA TÉCNICA:</u>	ENG. AGR. JASON BRAIS BENITES DE OLIVEIRA
	<u>COORDENADOR:</u>	ENG. MEC. LEONARDO LIMBERGER
ENGENHARIA ELÉTRICA E MECÂNICA - (CEEEM)	<u>COORDENADOR ADJUNTO:</u>	ENG. ELETRIC./TECNÓL. TELECOM./TELEF. JULIO GUIDO SIGNORETTI
	<u>ASSESSORIA TÉCNICA:</u>	ENG. ELETRIC. MARCELO JECONIAS GRISE FONSECA
ENGENHARIA CIVIL,	<u>COORDENADOR:</u>	ENG. CIV. JOSÉ CARLOS RIBAS
AGRIMENSURA E SEGURANÇA DO TRABALHO - (CEECAS)	<u>COORDENADOR ADJUNTO:</u>	ENG. CIV. LINCOLN DE ANDRADE PIZZATTO
	<u>ASSESSORIA TÉCNICA:</u>	ENG. AGRIM. DELMA DA SILVA RAMOS

10. ANEXOS E APÊNDICES

REPRESENTANTES DAS DEMAIS CATEGORIAS (MANDATO 7/02/2018 A 6/2/2019)

CÂMARAS REGIONAIS	REPRESENTANTES:
ENGENHARIA ELÉTRICA E MECÂNICA - (CEEEM)	ENG. AGR. JOSÉ ANTONIO MAIOR BONO
ENGENHARIA CIVIL, AGRIMENSURA E SEGURANÇA DO TRABALHO - (CEECAST)	ENG. ELETRIC. WILLIAN ZIMI ORTEGA PADILHA
AGRONOMIA - (CEA)	ENG. CIV. GERSON DA COSTA MELO

REPRESENTANTES DO PLENÁRIO EM REUNIÕES DE COORDENADORIA NACIONAL DAS CÂMARAS ESPECIALIZADAS (MANDATO 7/02/2018 A 6/2/2019)

REPRESENTANTE DO PLENÁRIO NA ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO - (CCEEST)	Eng. Eletric./Seg. Trab. LUCIANA MACEDO SILVA
REPRESENTANTE DO PLENÁRIO NA ENGENHARIA DE AGRIMENSURA - (CCEEAGRI)	Eng. Agrim. LUIZ MARCELO VERÃO DA FONSECA
REPRESENTANTE DO PLENÁRIO NA ENGENHARIA FLORESTAL - (CCEEF)	Eng. Florestal DANIEL SOUZA DE BARROS
REPRESENTANTE DO PLENÁRIO NA ENGENHARIA ELÉTRICA - (CCEEE)	Eng. Eletric. JULIO GUIDO SIGNORETTI

COMPOSIÇÃO DAS CÂMARAS ESPECIALIZADAS

ENTIDADE DE CLASSE		MODALIDADE:	AGRONOMIA	SUPLENTE
ENTIDADE DE CLASSE		EFETIVO		SUPLENTE
AEAMS (05 representantes)	Eng. Agr. JÂNIO FAGUNDES BORGES Mandato: 1º/01/2016 a 31/12/2018		**** Mandato: 1º/01/2016 a 31/12/2018	
	Eng. Agr. MARCELO AUGUSTO DE SOUZA BEXIGA Mandato: 1º/01/2016 a 31/12/2018		Eng. Agr. JULIANO DE ANDRADE PIZZATTO Mandato: 1º/01/2016 a 31/12/2018	
	Eng. Agr. ADSON MARTINS DA SILVA Mandato: 1º/01/2018 a 31/12/2018		Eng. Agr. ATANÁSIO CHAVES DE OLIVEIRA Mandato: 1º/01/2018 a 31/12/2018	
	Eng. Agr. FLÁVIO ESTEVÃO CANGUSSU PEIXOTO Mandato: 1º/01/2018 a 31/12/2020		Eng. Agr. RENATO DI SALVO MASTRANTONIO Mandato: 1º/01/2018 a 31/12/2020	
	Eng. Agr. CARLOS EDUARDO BITTENCOURT CARDOZO Mandato: 1º/01/2018 a 31/12/2020		Eng. Agr. ÁLLISON ZANELLA Mandato: 1º/01/2018 a 31/12/2020	
ENTIDADE DE CLASSE	EFETIVO		SUPLENTE	
AEAGRAN (03 representantes)	Eng. Agr. JOÃO BOSCO SARIBBI MARIANO Mandato: 1º/01/2017 a 31/12/2019		Eng. Agr. FERNANDA DE CARVALHO E SILVA Mandato: 1º/01/2017 a 31/12/2019	
	Eng. Agr. EBER AUGUSTO FERREIRA DO PRADO Mandato: 1º/01/2017 a 31/12/2019		Eng. Agr. FLÁVIA ARAUJO MATOS Mandato: 1º/01/2017 a 31/12/2019	
	Eng. Agr. LUIS RENATO PEIXOTO CAVALHEIRO Mandato: 1º/01/2017 a 31/12/2019		Eng. Agr. SILVIO NASU Mandato: 1º/01/2017 a 31/12/2019	
ENTIDADE DE CLASSE	EFETIVO		SUPLENTE	
ASEF (01 representante)	Eng. Florestal ADRIANA DOS SANTOS DAMIÃO Mandato: 1º/01/2018 a 31/12/2020		**** Mandato: 1º/01/2018 a 31/12/2020 Dec. PLMS n. 815/2018.	
ENTIDADE DE CLASSE	EFETIVO		SUPLENTE	
AEARB (01 representante)	Eng. Agr. SIDENEI AMBROSIO TAMBOSI Mandato: 1º/01/2016 a 31/12/2018		*** Mandato: 1º/01/2016 a 31/12/2018	
INSTITUIÇÃO DE ENSINO	EFETIVO		SUPLENTE	
UEMS (01 representante)	Eng. Agr./Prof. MARCOS ANTÔNIO CAMACHO DA SILVA Mandato: 1º/01/2016 a 31/12/2018		Eng. Agr./Prof. ELÓI PANACHUKI Mandato: 1º/01/2016 a 31/12/2018	
INSTITUIÇÃO DE ENSINO	EFETIVO		SUPLENTE	
UCDB (01 representante)	Eng. Agr./Prof. DENILSON DE OLIVEIRA GUILHERME Mandato: 1º/01/2017 a 31/12/2019		Eng. Agr./Prof. CLEBER JUNIOR JADOSKI Mandato: 1º/01/2017 a 31/12/2019	
INSTITUIÇÃO DE ENSINO	EFETIVO		SUPLENTE	
UNIGRAN (01 representante)	Eng. Agr./Prof. MATEUS LUIZ SECRETTI Mandato: 1º/01/2017 a 31/12/2019		Eng. Agr./Prof. JACKELINE MATOS DO NASCIMENTO Mandato: 1º/01/2017 a 31/12/2019	
INSTITUIÇÃO DE ENSINO	EFETIVO		SUPLENTE	
UFGD (01 representante)	Eng. Agr./Prof. JORGÉ WILSON CORTEZ Mandato: 1º/01/2018 a 31/12/2020		Eng. Agr./Prof. JOSÉ CARLOS SORGATO Mandato: 1º/01/2018 a 31/12/2020	
INSTITUIÇÃO DE ENSINO	EFETIVO		SUPLENTE	
UNIDERP (01 representante)	Eng. Agr./Prof. JOSÉ ANTONIO MAIOR BONO Mandato: 1º/01/2016 a 31/12/2018		Eng. Agr./Prof. GRAZIELLA RIBEIRO BRUM Mandato: 1º/01/2016 a 31/12/2018	
INSTITUIÇÃO DE ENSINO	EFETIVO		SUPLENTE	
UFMS (01 representante)	Eng. Agr./Prof. RICARDO GAVA Mandato: 1º/01/2017 a 31/12/2019		*** Mandato: 1º/01/2017 a 31/12/2019	

COMPOSIÇÃO DAS CÂMARAS ESPECIALIZADAS

MODALIDADE: CIVIL		
ENTIDADE DE CLASSE	EFETIVO	SUPLENTE
AEACG (04 representantes)	Eng. Civ. JOSÉ CARLOS RIBAS Mandato: 1º/01/2016 a 31/12/2016 Eng. Civ. GERSON DA COSTA MELO Mandato: 1º/01/2016 a 31/12/2016 Eng. Civ. ARTHUR CHINZARAN Mandato: 1º/01/2016 a 31/12/2016 Eng. Civ. NILTON MARIN RODRIGUES Mandato: 1º/01/2016 a 31/12/2020	Eng. Civ. GILBERTO COSTA COUTO DE SOUZA Mandato: 1º/01/2016 a 31/12/2016 Eng. Civ. MARLON TONY BRANDT Mandato: 1º/01/2016 a 31/12/2016 Eng. Civ. MARCELO FLAVIO DELGADO Mandato: 1º/01/2016 a 31/12/2016 Eng. Civ. OSCAR RAUL DIAS HAACK Mandato: 1º/01/2016 a 31/12/2020
ENTIDADE DE CLASSE	EFETIVO	SUPLENTE
IEMS (03 representantes)	Eng. Civ. LINCOLN DE ANDRADE PIZZATO Mandato: 1º/01/2018 a 31/12/2020 Eng. Sanit./Amb. ANDRÉA SIMON MACIEL MONTEIRO Mandato: 1º/01/2018 a 31/12/2020 Eng. Amb. VINÍCIUS DE OLIVEIRA RIBEIRO Mandato: 1º/01/2016 a 31/12/2016	Eng. Amb. RODRIGO LIMA COSTA Mandato: 1º/01/2018 a 31/12/2020 Eng. Amb. THIAGO PEREIRA VIEIRA Mandato: 1º/01/2018 a 31/12/2020 Eng. Amb. CARLOS HENRIQUE DE CARVALHO OLIVEIRA Mandato: 1º/01/2016 a 31/12/2016
ENTIDADE DE CLASSE	EFETIVO	SUPLENTE
SENGE-MS (03 representantes)	Eng. Civ. LEANDRO THOME GOMEZ Mandato: 1º/01/2017 a 31/12/2019 Eng. Civ. JEAN SALIBA Mandato: 1º/01/2018 a 31/12/2020 Eng. Civ. JULIO DA GAS NETTO Mandato: 1º/01/2018 a 31/12/2020	Eng. Civ. REGINA KEIKO HANE OSHIRO Mandato: 1º/01/2017 a 31/12/2019 Eng. Civ. CLAUDIO RENATO PADIM BARBOSA Mandato: 1º/01/2018 a 31/12/2020 Eng. Civ. ORESTES JORGE CORRÊA Mandato: 1º/01/2018 a 31/12/2020
ENTIDADE DE CLASSE	EFETIVO	SUPLENTE
ASSEMAR (01 representante)	Eng. Civ. SÉRGIO VIEIRA DALAZOVANA Mandato: 1º/01/2017 a 31/12/2019	Eng. Civ. ROSINEIDE MACEDO NUNES GREFF Mandato: 1º/01/2017 a 31/12/2019
ENTIDADE DE CLASSE	EFETIVO	SUPLENTE
AEAD (01 representante)	Eng. Civ. ELAINE DA SILVA DIAS Mandato: 1º/01/2017 a 31/12/2019	Eng. Civ. VALDECIR JOÃO FAGNONCELLI Mandato: 1º/01/2017 a 31/12/2019
INSTITUIÇÃO DE ENSINO	EFETIVO	SUPLENTE
IEMS (01 representante)	Eng. Sanit./Amb. Prof. ANDERSON BECCO DOS SANTOS Mandato: 1º/01/2017 a 31/12/2019	Eng. Amb./Sist. NELSON FERREI RA CORREIA Mandato: 1º/01/2017 a 31/12/2019
INSTITUIÇÃO DE ENSINO	EFETIVO	SUPLENTE
UNIGRAN (01 representante)	Eng. Civ. e Prof. RUBENS OLÍDIO Mandato: 1º/01/2017 a 31/12/2019	... Mandato: 1º/01/2017 a 31/12/2019
INSTITUIÇÃO DE ENSINO	EFETIVO	SUPLENTE
UFMS (01 representante)	Eng. Civ. e Prof. GANEM JEAN TEBCHARANI Mandato: 1º/01/2017 a 31/12/2019	Eng. Civ. e Prof. ARMANDO GARCIA ARNAL BARBEDO Mandato: 1º/01/2017 a 31/12/2019
MODALIDADE ESPECIAL: SEGURANÇA DO TRABALHO		
ENTIDADE DE CLASSE	EFETIVO	SUPLENTE
ASMEST (02 representantes)	Eng. Elétric./Seg. Trab. LUCIANA MACEDO SILVA Mandato: 1º/01/2018 a 31/12/2020 Eng. Elétric./Seg. Trab. WAGLEO BARROS DA BALLE Mandato: 1º/01/2018 a 31/12/2020	Eng. Alm./Seg. Trab. MARCELLA MACHADO MOURA Mandato: 1º/01/2018 a 31/12/2020 Eng. Civ./Seg. Trab. ROSSON TEIXEIRA DOS SANTOS Mandato: 1º/01/2018 a 31/12/2020
MODALIDADE: AGRIMENSURA		
ENTIDADE DE CLASSE	EFETIVO	SUPLENTE
ASMEA (01 representante)	Eng. Agrim. LUIZ MARCELO VERRÃO DA FONSECA Mandato: 1º/01/2017 a 31/12/2019	Eng. Agrim. EDUARDO BARRROS BITENCOURT Mandato: 1º/01/2017 a 31/12/2019

COMPOSIÇÃO DAS CÂMARAS ESPECIALIZADAS

MODALIDADE: ELETRICISTA		
ENTIDADE DE CLASSE	EFETIVO	SUPLENTE
ABEE-MS (01 representante)	Eng. Eletric. CELSO MARLEI DOS SANTOS Mandato: 1º/01/2018 a 31/12/2020	Eng. Eletric. GERIEL DIAS DE LIMA Mandato: 1º/01/2018 a 31/12/2020
ENTIDADE DE CLASSE	EFETIVO	SUPLENTE
IEMS (01 representante)	*** Mandato: 1º/01/2016 a 31/12/2018	**** Mandato: 1º/01/2016 a 31/12/2018
ENTIDADE DE CLASSE	EFETIVO	SUPLENTE
SINTAE-MS (01 representante)	Tecnól. Telecomunicações JULIO GUIDO SIGNORETTI Mandato: 1º/01/2017 a 31/12/2019	Tecnól. TDEE CHITOSHI SHINZATO Mandato: 1º/01/2017 a 31/12/2019
ENTIDADE DE CLASSE	EFETIVO	SUPLENTE
SENGE-MS (01 representante)	Eng. Eletric. WILLIAN ZIMI ORTEGA PADILHA Mandato: 1º/01/2017 a 31/12/2019	Eng. Eletric. MARCOS ANTONIO LEITE DAS VIRGENS Mandato: 1º/01/2017 a 31/12/2019
INSTITUIÇÃO DE ENSINO:	EFETIVO	SUPLENTE
UFGD (01 representante)	Eng. Eletric./Prof. RICARDO CAMPARIM Mandato: 1º/01/2017 a 31/12/2019	Eng. Eletric./Prof. AUREO CEZAR DE LIMA Mandato: 1º/01/2017 a 31/12/2019
INSTITUIÇÃO DE ENSINO:	EFETIVO	SUPLENTE
UNIDERP-ANHANGUERA (01 representante)	Eng. Eletric./Prof. LUIS MAURO NEDER MENEHELLI Mandato: 1º/01/2017 a 31/12/2019	*** Mandato: 1º/01/2017 a 31/12/2019
INSTITUIÇÃO DE ENSINO:	EFETIVO	SUPLENTE
UCDB (01 representante)	Eng. /Prof. MAURO CONTI PEREIRA Mandato: 1º/01/2017 a 31/12/2019	Eng. Comp./Prof. ALEXSANDRO MONTEIRO CARNEIRO Mandato: 1º/01/2017 a 31/12/2019
MODALIDADE: MECÂNICA		
ENTIDADE DE CLASSE	EFETIVO	SUPLENTE
ABEMEC (02 representantes)	Eng. Mec. JORGE TADEU MASTELA E ALMEIDA Mandato: 1º/01/2016 a 31/12/2018 Eng. Mec. LEONARDO LIMBERGER Mandato: 1º/01/2016 a 31/12/2018	**** Mandato: 1º/01/2016 a 31/12/2018 Eng. Mec. JORGE LUIZ DA ROSA VARGAS Mandato: 1º/01/2016 a 31/12/2018

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES (MANDATO 7/02/2018 A 6 /2/2019)

COMISSÃO DE ÉTICA PROFISSIONAL – CEP

COORDENADOR:	Eng. Agr. e Prof. MARCOS ANTÔNIO CAMACHO DA SILVA	
COORDENADOR ADJUNTO:	Eng. Eletric. WILLIAN ZIMI ORTEGA PADILHA	
ASSESSORIA TÉCNICA:	Eng. Civil. AMANDA MATOS DA SILVA SANTOS	
	<u>TITULAR</u>	<u>SUPLENTE</u>
MEMBROS:	Eng. Sanit./Amb. ANDRÉA SIMIOLI MACIEL MONTEIRO	Eng. Civ. ELAINE DA SILVA DIAS
	Eng. Agrim. LUIZ MARCELO VERÃO DA FONSECA	*** (Dec.PL/MS n. 814/2018.)
	Eng. Agr. e Prof. MARCOS ANTÔNIO CAMACHO DA SILVA	Eng. Agr. e Prof. JOSÉ ANTONIO MAIOR BONO
	Eng. Agr. MARCELO AUGUSTO DE SOUZA BEXIGA	ENG. AGR. FLÁVIO ESTEVÃO CANGUSSU PEIXOTO
	Eng. Mec. LEONARDO LIMBERGER	*** (Dec.PL/MS n. 819/2018.)
	Eng. Eletric. WILLIAN ZIMI ORTEGA PADILHA	Tecnól. Telecom./Telef. JULIO GUIDO SIGNORETTI

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS – COTC

COORDENADOR:	ENG. AGR. LUIS RENATO PEIXOTO CAVALHEIRO	
COORDENADOR ADJUNTO:	ENG. CIV. ELAINE DA SILVA DIAS	
ASSESSORIA TÉCNICA:	CONTADOR NATANAEL RODRIGUES DA CRUZ JR.	
	<u>TITULAR</u>	<u>SUPLENTE</u>
MEMBROS:	Eng. Eletric. CELSO MARLEI DOS SANTOS	Eng. Mec. LEONARDO LIMBERGER
	Eng. Agr. LUIS RENATO PEIXOTO CAVALHEIRO	Eng. Agr. FLÁVIO ESTEVÃO CANGUSSU PEIXOTO
	ENG. CIV. ELAINE DA SILVA DIAS	ENG. CIV. LEANDRO THOMÉ GOMEZ

COMISSÃO DE RENOVAÇÃO DO TERÇO – CRT

COORDENADOR:	ENG. ELETRIC./ SEG.TRAB. LUCIANA MACEDO SILVA	
COORDENADOR ADJUNTO:	Eng. Agr. JOÃO BOSCO SARUBBI MARIANO	
ASSESSORIA TÉCNICA:	ENG.	
	<u>TITULAR</u>	<u>SUPLENTE</u>
MEMBROS:	TECNÓL. TELECOM./TELEF. JULIO GUIDO SIGNORETTI	ENG. MEC. JORGE TADEU MASTELA E ALMEIDA
	Eng. Agr. JOÃO BOSCO SARUBBI MARIANO	Eng. Agr. ADSON MARTINS DA SILVA
	ENG. ELETRIC./ SEG.TRAB. LUCIANA MACEDO SILVA	ENG. ELETRIC./SEG. TRAB. VIRGILIO BARBOSA BALLE

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES (MANDATO 7/02/2018 A 6 /2/2019)

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO E COMPRAS - CPC

COORDENADOR: ENG. CIV. ARTHUR CHINZARIAN

**COORDENADOR
ADJUNTO:** ENG. AGR. SIDENEI AMBROSIO TAMBOSI

ASSESSORIA TÉCNICA: SANDRA RIBEIRO

ASSESSORIA JURÍDICA ADV. ANA CRISTINA ARAUJO

	<u>TITULAR</u>	<u>SUPLENTE</u>
MEMBROS:	<u>ENG. CIV. ARTHUR CHINZARIAN</u>	<u>Eng. Civ. JEAN SALIBA</u>
	<u>ENG. AGR. SIDENEI AMBROSIO TAMBOSI</u>	<u>ENG. FLORESTAL DANIEL SOUZA DE BARROS</u>
	<u>ENG. MEC. LEONARDO LIMBERGER</u>	<u>ENG. ELETRIC./PROFª CRISTIAN MARA MAZZINI MEDEIROS PATRICIO</u>

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL - CLP

COORDENADOR: ENG. AGR. LUIS RENATO PEIXOTO CAVALHEIRO

**COORDENADOR
ADJUNTO:** TECNÓL. TELECOM./TELEF. JULIO GUIDO SIGNORETTI

ASSESSORIA TÉCNICA: ENG.

	<u>TITULAR</u>	<u>SUPLENTE</u>
MEMBROS:	<u>TECNÓL. TELECOM./TELEF. JULIO GUIDO SIGNORETTI</u>	<u>Eng. Eletric./Prof. MAURO CONTI PEREIRA</u>
	<u>Eng. Agr. LUIS RENATO PEIXOTO CAVALHEIRO</u>	<u>ENG. AGR. ADSON MARTINS DA SILVA</u>
	<u>Eng. Civ. GERSON DA COSTA MELO</u>	<u>Eng. Civ. SÉRGIO VIERO DALAZOANA</u>

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES ESPECIAIS (MANDATO 7/02/2018 A 6/2/2019)

COMISSÃO DO MÉRITO - CM

COORDENADOR:	ENG. AGR. JOÃO BOSCO SARUBBI MARIANO	
COORDENADOR ADJUNTO:	Eng. Civ. NILTON MARIN RODRIGUES	
ASSESSORIA TÉCNICA:	ENG. ELETRIC. MARCELO JECONIAS GRISE FONSECA	
	<u>TITULAR</u>	<u>SUPLENTE</u>
MEMBROS:	TECNÓL. TELECOM./TELEF. <u>JULIO GUIDO SIGNORETTI</u>	Eng. Eletric. CELSO MARLEI DOS SANTOS
	ENG. AGR. JOÃO BOSCO SARUBBI MARIANO	ENG. AGR. ÉBER AUGUSTO FERREIRA DO PRADO
	Eng. Civ. NILTON MARIN RODRIGUES	ENG. CIV. JULIO DA CAS NETTO

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL- CEAP

COORDENADOR:	ENG. AMB. VINÍCIUS DE OLIVEIRA RIBEIRO	
COORDENADOR ADJUNTO:	Eng. Agr. ÉBER AUGUSTO FERREIRA DO PRADO	
ASSESSORIA TÉCNICA:		
	<u>TITULAR</u>	<u>SUPLENTE</u>
MEMBROS:	Eng. Eletric. /PROFº MAURO CONTI PEREIRA	Eng. Eletric. WILLIAN ZIMI ORTEGA PADILHA
	Eng. Eletric. /PROFº RICARDO CAMPARIM	TECNÓL. TELECOM./TELEF. <u>JULIO GUIDO SIGNORETTI</u>
	ENG. ELETRIC./PROFº CRISTIAN MARA MAZZINI MEDEIROS PATRICIO	ENG. MEC. LEONARDO LIMBERGER
	Eng. Agr. ÉBER AUGUSTO FERREIRA DO PRADO	Eng. Agr./PROFº MATEUS LUIZ SECRETTI
	Eng. Agr. /PROFº DENILSON DE OLIVEIRA GUILHERME	ENG. AGR. /PROFº JOSÉ ANTÔNIO MAIOR BONO
	Eng. Agr./Prof. RICARDO GAVA	ENG. AGR. CARLOS EDUARDO BITTENCOURT CARDOZO
	Eng. Amb. VINÍCIUS DE OLIVEIRA RIBEIRO	ENG. CIV. LINCOLN DE ANDRADE PIZZATTO
	ENG. SANIT. E AMB. ANDERSON SECCO DOS SANTOS	ENG. CIV. E PROFº RUBENS DI DIO
	Eng. Civ. GANEM JEAN TEBCHARANI	Eng. Civ./Seg. Trab. LUCIANA MACEDO SILVA

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES ESPECIAIS (MANDATO 7/02/2018 A 6/2/2019)

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E DE INQUÉRITO - CSI

COORDENADOR:	Eng. Eletric. CELSO MARLEI DOS SANTOS	
COORDENADOR ADJUNTO:	ENG. AGR. /PROFº JOSÉ ANTÔNIO MAIOR BONO	
ASSESSORIA TÉCNICA:		
	<u>TITULAR</u>	<u>SUPLENTE</u>
MEMBROS:	Eng. Eletric. CELSO MARLEI DOS SANTOS	ENG. MEC. LEONARDO LIMBERGER
	ENG. AGR. /PROFº JOSÉ ANTÔNIO MAIOR BONO	Eng. Agr. LUIS RENATO PEIXOTO CAVALHEIRO
	ENG. CIV. LINCOLN DE ANDRADE PIZZATTO	Eng. Amb. VINÍCIUS DE OLIVEIRA RIBEIRO

COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE

COORDENADOR:	Eng. Civ. GANEM JEAN TEBCHARANI	
COORDENADOR ADJUNTO:	ENG. MEC. LEONARDO LIMBERGER	
ASSESSORIA TÉCNICA:	ENG. CIV. EDSON KIYOSHI SHIMABUKURO	
	<u>TITULAR</u>	<u>SUPLENTE</u>
MEMBROS:	ENG. MEC. LEONARDO LIMBERGER	ENG. ELETRIC. CELSO MARLEI DOS SANTOS
	Eng. Agr. CARLOS EDUARDO BITTENCOURT CARDOZO	ENG. AGR. JÂNIO FAGUNDES BORGES
	Eng. Civ. GANEM JEAN TEBCHARANI	Eng. Civ./Seg. Trab. LUCIANA MACEDO SILVA

COMPOSIÇÃO GRUPOS DE TRABALHO (MANDATO 7/02/2018 A 6/2/2019)

GT FISCALIZAÇÃO PREVENTIVA INTEGRADA – FPI

COORDENADOR:	Eng. Mec. JORGE TADEU MASTELA E ALMEIDA
COORDENADOR ADJUNTO:	ENG. ELETRIC./SEG. TRAB. VIRGILIO BARBOSA BALLE
ASSESSORIA TÉCNICA:	GERENTE DO DFI
	<u>TITULAR</u>
MEMBROS:	Eng. Civ. e Profº GANEM JEAN TEBCHARANI
	Eng. Eletric./Seg. Trab. VIRGILIO BARBOSA BALLE
	ENG. ELETRIC. WILLIAN ZIMI ORTEGA PADILHA
	Eng. Agr. CARLOS EDUARDO BITTENCOURT CARDOZO
	Eng. Agr./Prof. RICARDO GAVA
	Eng. Florestal DANIEL SOUZA DE BARROS
	Eng. Sanit./Amb. ANDRÉA SIMIOLI MACIEL MONTEIRO
	Eng. Mec. JORGE TADEU MASTELA E ALMEIDA
	Eng. Agrim. LUIZ MARCELO VERÃO DA FONSECA
	Eng. Civ. GERSON DA COSTA MELO